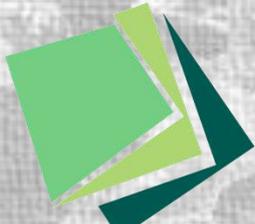


PROJETO EDUCATIVO

2023-2026



**PATRI
MÓNIO**
SINTRA

ESCOLA PROFISSIONAL
DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO
DE SINTRA _ EPRPS

A cultura representa a aposta no fator humano, de modo a que a sustentabilidade deixe de ser apenas financeira – devendo ser social, ambiental, energética, técnica, ou educativa, numa palavra, humana. [...] a ligação entre património e qualidade de vida é relevante, em nome de um desenvolvimento humano sustentável. E [...] o ensino nas escolas tem um papel fundamental neste domínio. Afinal, as políticas culturais têm de se centrar cada vez mais na atenção efetiva atribuída ao património cultural.

Guilherme d'Oliveira Martins
Coordenador nacional do Ano Europeu do Património Cultural



ÍNDICE

Introdução	6
01 Caracterização da EPRPS	7
Perspetiva histórica	7
Inserção no território	9
Estrutura organizacional	12
População escolar	13
Recursos humanos	14
docentes	14
não docentes	15
Oferta educativa	16
Necessidades do tecido empresarial e adequação da oferta da EPRPS	16
Uma visão estratégica para a educação, formação e desenvolvimento económico	19
Proposta para a oferta formativa para o município de Sintra	21
02 Identidade da EPRPS	25
Visão	25
Missão	26
Valores	27
Princípios orientadores da ação educativa	28
Especificidade do ensino profissional	28
Perfil de aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória	30
Programas e projetos	31
Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde	32
Plano de Educação para a Cidadania	33
Plano Nacional das Artes	34
Plano de Desenvolvimento Europeu	35
03 Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade	37
04 Análise estratégica	40
05 Plano estratégico a nível	42
Micro [pedagógico]	43
Meso [estrutural]	47
Macro [contextual]	50
06 Parcerias	53
07 Divulgação	54
Referências bibliográficas	57

Lista de siglas e acrónimos

ANQEP IP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
CMS	Câmara Municipal de Sintra
CTeSP	Curso Técnico Superior Profissional
DGE	Direção-Geral de Educação
DOP	Denominação de Origem Protegida
EPRPS	Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra
EQAVET	Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional
FCT	Formação em Contexto de Trabalho
GETAP	Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional
IGEC	Inspeção Geral da Educação e Ciência
IGP	Indicação Geográfica Protegida
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Plano Anual de Atividades
PAP	Prova de Aptidão Profissional
PE	Projeto Educativo
PEDE	Plano Estratégico de Desenvolvimento Europeu
PLA	Plano Nacional das Artes
PELS	Projeto Educativo Local de Sintra
PNPSE	Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar
UFCD	Unidade de Formação de Curta Duração
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Cursos Profissionais

ACR	Assistente de Conservação e Restauro
TDIE	Técnico de Design de Interiores e Exteriores
TF	Técnico de Fotografia
TA	Técnico de Audiovisuais
IDC	Intérprete de Dança Contemporânea
TPTM	Técnico de Produção e Tecnologias da Música
ICT	Instrumentista de Cordas e Tecla

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo [PE] da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra [EPRPS], ao constituir-se como um referencial das políticas e das medidas educativas que orientam o seu projeto organizacional, curricular e pedagógico, marca indelevelmente a sua identidade no lema *Uma escola que projeta o futuro sustentada pela memória do passado*.

É já senso comum afirmar-se que fatores como a globalização, o desenvolvimento acelerado da utilização de tecnologias de informação e comunicação, as crises de identidade cultural, as alterações climáticas e os conflitos, as pressões e contradições geradas pela cada vez maior mobilidade das pessoas, desencadeiam incertezas que não nos permitem antecipar prever o futuro. Daí as interrogações e preocupações sobre o papel das escolas na preparação de crianças e jovens para enfrentarem problemas que não conseguimos antecipar. Como podem estes desafios tornar-se novas oportunidades de desenvolvimento humano?

De certa forma, Schleicher [2018] responde a esta questão quando afirma que é preciso que os jovens desenvolvam competências como curiosidade, imaginação, resiliência, autorregulação, que aprendam a respeitar e a ter em consideração as ideias, perspetivas e valores dos outros, a lidar com o fracasso e a adversidade. Mais do que esperarem conseguir um bom emprego e ganhar muito dinheiro, eles devem ser capazes de se preocupar com o bem-estar dos outros, da sua comunidade, do planeta.

O conceito de capital cultural envolve as competências que as pessoas desenvolveram no decurso das suas vidas e o modo como elas podem ser utilizadas de modo semelhante ao do capital económico. Ser capaz de se ligar ao passado coletivo por meio da preservação e do usufruto de objetos e de espaços, ambientais, construídos ou mentais, recriando memórias e histórias, é uma forma de capital cultural que tem no seu cerne o património.

O património pode ser considerado o território onde o passado se encontra com o futuro. Passado como memória e herança, e futuro como imagem criadora de presente, são espaços concetuais que definem quem somos e que criam um sentimento de pertença. Compreender o passado e construir o presente, projetando o futuro, requer ter consciência da riqueza da diversidade cultural e conhecer o lugar que o património ocupa nas nossas vidas.

Desde a sua conceção, as escolas profissionais tornaram-se um fator de modernização do sistema educativo, uma vez que adotaram um modelo pedagógico capaz de desenvolver globalmente os jovens, capacitando-os a inserir-se de modo crítico, construtivo e personalizado na sociedade e no mercado de trabalho. O currículo foi delineado não como uma resposta para alunos oriundos de grupos sociais desfavorecidos ou com insucesso escolar, mas como um território educativo que integrasse teoria e prática, um espaço de projeto, onde a formação geral e profissional, a escola e a comunidade trabalhassem em conjunto.

Alicerçado numa perspetiva humanista e construtivista, o sistema modular corresponde a uma aposta educativa inovadora que a) responsabiliza os alunos pelo desenvolvimento dos seus percursos de aprendizagem, contribuindo para a confiança e autonomia pessoais; b) possibilita a construção criativa de soluções flexíveis e adequadas a cada escola, curso e indivíduo, mobilizando os recursos disponíveis, na escola e na comunidade; c) potencia o sucesso educativo, uma vez que a avaliação e a progressão escolar se sustentam nas competências evidenciadas, promovendo a recuperação de dificuldades e evitando o insucesso; d) desenvolve nas escolas ambientes pedagógicos fundamentados, autónomos, flexíveis e criativos [Azevedo, 2012].

Enquadrado por este triângulo concetual, competências necessárias no mundo atual, património e especificidade do ensino profissional, este PE foi elaborado de forma participada, com o contributo da comunidade educativa.

Um conjunto alargado de documentos e de normativos fundamenta o PE da EPRPS, a saber, de entre os mais significativos, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, os *Decretos-Lei n.º 54/2018 e 55/2018*, o documento enquadrador das *Aprendizagens Essenciais*, a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*, o *Plano Nacional das Artes*, o documento referente ao *Terceiro Ciclo de Avaliação Externa das Escolas*, o *Quadro de Referência da Agência Nacional para a qualificação e o ensino Profissional*, a *Portaria n.º 235-A/2018 que regula os cursos profissionais*, o *Projeto Educativo Local de Sintra*, o documento da OCDE *The future of education and skills. Education 2030*.

Um projeto, tal como a identidade das pessoas ou das organizações, é um constructo dinâmico que se transforma, sustenta e (re)concebe pela reflexão e pelas práticas do quotidiano. Este é um documento aberto que se pretende permanentemente contextualizado e que, através da pragmática da visão educativa, missão e valores aqui expressos, contribui para o desenvolvimento de jovens que se mostrem capazes de responder às exigências do mundo, à sua incerteza e aos seus desafios. Jovens que estejam abertos a perspetivas diferentes das suas, descentrando-se de si próprios, com pensamento crítico e criativo, que sejam capazes de comunicar e de argumentar. Cidadãos líderes, proativos, empreendedores. Cidadãos empáticos, colaborativos e solidários e com capacidade de intervenção [Costa, 2019], que promovam, nos contextos em que se movem, a mudança social e sustentável através da mobilização do poder transformador do património e da sua preservação.

01 Caracterização da EPRPS

| PERSPETIVA HISTÓRICA

A EPRPS foi fundada em 1989 pela Câmara Municipal de Sintra [CMS], ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, que reconhecia aos municípios a possibilidade de criarem escolas profissionais. É nesse sentido que a autarquia de Sintra, atenta à necessidade de preservação do património cultural, como garante da sua identidade, decide instituir a EPRPS.

Consciente da necessidade de proporcionar aos jovens novos percursos educativos e como forma de contrariar o crescente insucesso escolar que se fazia sentir, a edilidade apostou num projeto pioneiro a nível municipal, que oferecesse formação técnica na área da reabilitação e preservação do património. Assim, a EPRPS foi inaugurada oficialmente a 17 de maio de 1989, oferecendo um único curso, Técnico de Recuperação do Património Edificado. As aulas teóricas decorriam na Sede da Sociedade União Sintrense e as aulas práticas funcionavam em vários espaços municipais.

Com uma carga horária inicial de 740 horas, foi propósito da CMS oficializar o curso, dotando-o do qualificativo de curso profissional. Para isso, alterou o seu plano curricular, melhorou as condições físicas das salas de aula e a constituição do corpo docente. Em julho de 1991, é celebrado o Contrato Programa de criação da EPRPS entre o Município de Sintra e o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional [GETAP].

No ano letivo de 1995-1996 é criado o curso de Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes, pensado, inicialmente, para a recuperação de jardins históricos, mas cedo o seu âmbito foi alargado de modo a formar técnicos habilitados para intervir em diversos espaços verdes.

Com o Decreto-Lei n.º 4/98 surgiram profundas alterações ao regime de criação e de funcionamento das escolas profissionais privadas, os municípios deixaram de poder assumir o papel de promotores de escolas profissionais, podendo, contudo, participar, em regime de associação, na criação e funcionamento das mesmas.

Em janeiro de 1999, a CMS aprova a criação da Fundação EPRPS. Esta ficou sediada em Agualva-Cacém, local onde passaram a decorrer as atividades letivas. No entanto, a Fundação EPRPS não foi certificada pelo Ministério da Administração Interna, pelo que nunca

obteve o respetivo registo comercial nem personalidade jurídica. Segundo a tutela, o património afeto à fundação mostrava-se insuficiente para a prossecução da finalidade que pretendia prosseguir.

Em 2001, A EPRPS passa a integrar a empresa Sintra Quórum – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, Empresa Municipal, sendo extinta a Fundação EPRPS. É então que, por despacho de 31 de janeiro de 2002, a Direção Regional de Educação de Lisboa autoriza essa empresa a ser proprietária da EPRPS.

No ano letivo de 2002-2003 a escola é transferida para as anteriores instalações, construídas para o efeito, em São Miguel de Odrinhas, Terrugem. De modo a inverter a perda de alunos que decorreu desta deslocação, são disponibilizados dois novos cursos, Assistente de Arqueólogo e Técnico de Museografia e Gestão do Património.

Com a reformulação do referencial formativo de vários cursos profissionais, ocorrida em 2006, a EPRPS passa a oferecer o curso de Assistente de Conservação e Restauro com as variantes de conservação do património cultural, conservação e restauro de pedra, azulejo, metais e madeira e conservação e restauro de pintura, sendo extinto o curso anterior.

O curso de Jardinagem e Espaços Verdes colhia pouco interesse dos jovens, pelo que a oferta formativa foi alterada. Nesse sentido, e com o propósito não só de captar mais alunos, mas também de responder a necessidades, no ano letivo de 2009-2010, a EPRPS abre dois novos cursos, Técnico de Fotografia e Técnico de Design, com a variante de Design de Interiores e Exteriores, ambos orientados para a preservação e recuperação do património.

Em 2014, no âmbito do processo de reestruturação do setor empresarial local do Município de Sintra, foi aprovada a dissolução e liquidação da empresa municipal Sintra Quórum. No ano seguinte, e por força da alteração legislativa imposta pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, a atividade da EPRPS foi internalizada nos serviços municipais, quando passaram a constar do seu elenco de atribuições a educação, o ensino e a formação profissional e das suas competências a promoção da oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior.

Com esta internalização, a EPRPS passa a ser, desde o dia 1 de dezembro de 2015, uma Unidade Orgânica da Estrutura Flexível da Câmara Municipal de Sintra, situação que se mantém até novembro de 2017, momento em que passa a integrar o Departamento de Educação e Juventude da CMS.

No ano letivo de 2018-2019, a EPRPS oferece um novo curso, o de Técnico de Produção e Tecnologias da Música, em parceria com o Conservatório de Música Sons e Compassos e reabre o curso de Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes, em parceria com a empresa Parques de Sintra Monte da Lua.

Em 2022 muda-se para as atuais instalações, no Espaço Melka, onde abre dois novos cursos, Técnico de Audiovisuais e em 2023, o curso de Intérprete de Dança Contemporânea.

Para o ano letivo 2024-2025, pretende a abertura de um novo curso, Instrumentista de Cordas e Tecla.

| INSERÇÃO NO TERRITÓRIO

Contexto Municipal:

O município de Sintra é um dos dezoito municípios da Área Metropolitana de Lisboa, sendo limitado a norte pelo município de Mafra, a leste por Loures, Odivelas e Amadora, a sudeste por Oeiras, a sul por Cascais e a oeste pelo oceano Atlântico.

Sintra apresenta uma importância destacada no contexto regional, assumindo uma posição estratégica na Área Metropolitana de Lisboa, em termos da sua dimensão territorial e populacional, e pela importância do seu Património Natural, Cultural e Histórico.

Sintra é o segundo município mais populoso a nível nacional onde residem cerca de 385.606 pessoas, correspondendo a 13,4% da população residente na Área Metropolitana de Lisboa e a cerca de 3,7% da população residente no Continente.

A EPRPS situa-se na cidade de Agualva-Cacém, uma das duas cidades do município de Sintra, mais concretamente na União de Freguesias do Cacém e São Marcos, uma das 11 freguesias do município de Sintra, com 4,44 km² de área e 39 683 habitantes, de acordo com os censos de 2021. A sua densidade populacional é 8 937,6 hab./km².

A cidade de Agualva-Cacém, tem uma área urbana de 10,42 km², 81.020 habitantes em 2021 e uma densidade populacional de 7.775 habitantes por km², sendo a 11ª maior cidade do país.

A EPRPS funciona nas antigas instalações da Fábrica da Melka, requalificadas de modo a acolher a Escola Profissional de Recuperação do Património, num investimento que rondou os 2 milhões de euros.

Dotada de excelentes acessibilidades rodó e ferroviárias, a EPRPS não serve essencialmente a população da freguesia em que se situa, mas todo o município de Sintra e concelhos limítrofes.

Situada na área metropolitana de Lisboa, Sintra é um espaço geograficamente extenso, cerca de 320 km², habitada por mais de 382 000 habitantes, o segundo concelho com mais habitantes do país.

Com uma ampla heterogeneidade de cenários naturais e humanísticos, expressa em grandes assimetrias em termos populacionais e territoriais, o município apresenta zonas predominantemente rurais e outras predominantemente urbanas, marcado pela ligação ao Oceano Atlântico, e pela sua ocidentalidade da qual é exemplo o Cabo da Roca, e ainda pelo Parque Natural de Sintra Cascais que integra a Serra de Sintra.

O município apresenta uma riqueza significativa em termos de património histórico, arquitetónico e ambiental, com vestígios de ocupação por distintas populações desde o período Neolítico, tendo-lhe sido conferida a classificação de Paisagem Cultural de Sintra, Património Mundial da UNESCO. Estas características têm atraído ao concelho um fluxo crescente e massivo de turismo com impacto que começa a pôr em causa a integridade do património. A sua preservação implica sensibilidade e educação patrimonial, não só das autoridades como também dos cidadãos, particularmente dos jovens em formação.

É neste contexto global de Sintra que a EPRPS ganha sentido, consubstanciado numa perspetiva educativa que se fundamenta nos ideais e nos princípios do património cultural e da sua preservação como fonte coletiva de memória, de identidade, de diálogo e de coesão.

Município de Sintra



Cidade de Agualva- Cacém

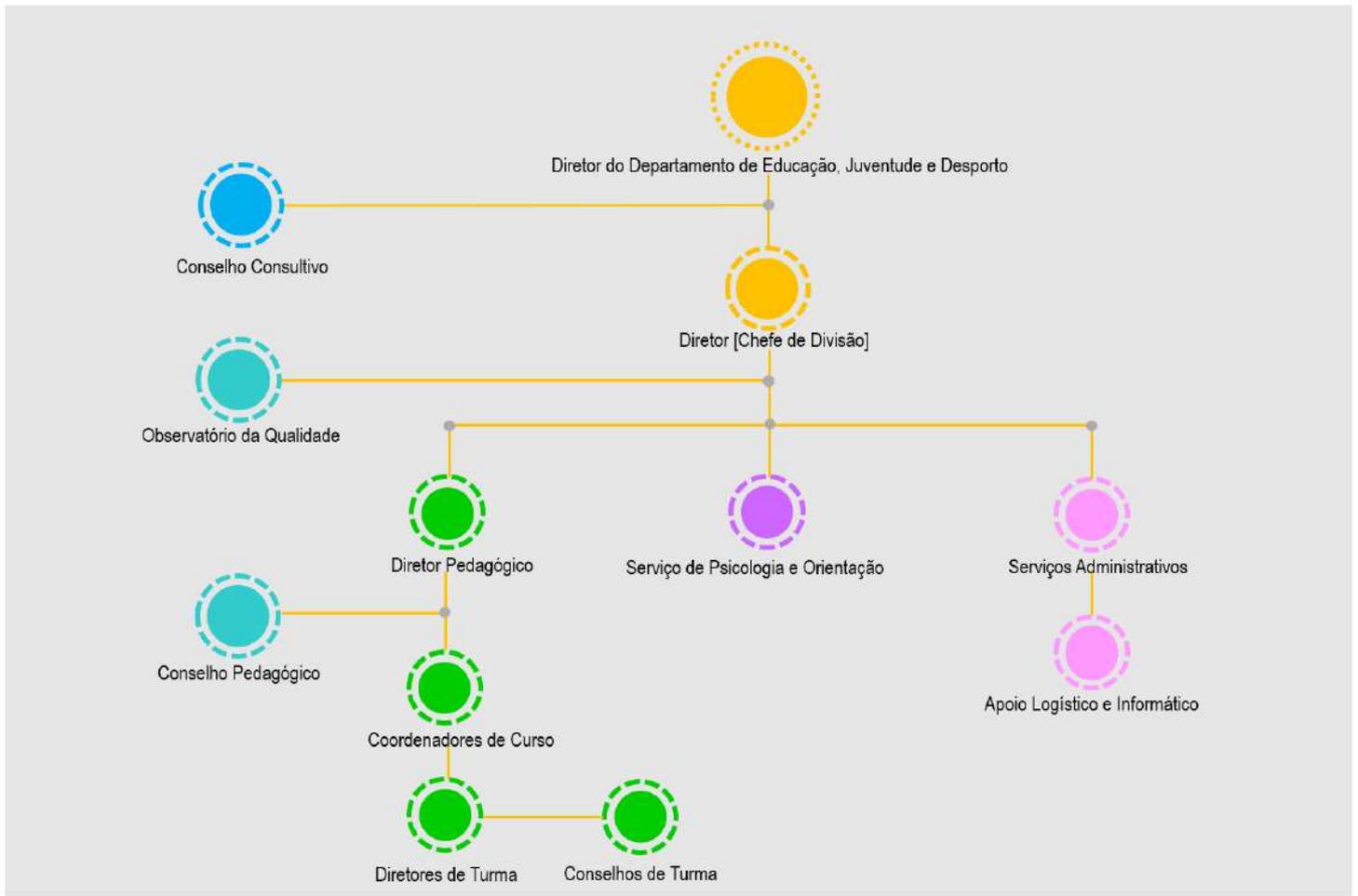


Espaço Melka | Actuais instalações da EPRPS



| ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Organograma da EPRPS



O organograma da EPRPS aqui apresentado configura a estrutura vertical e hierárquica da EPRPS. Esta organização é fundamental para o planeamento estratégico da escola uma vez que evidencia as relações de responsabilidade, particularmente das lideranças intermédias. Com a internalização na CMS, a escola passa a depender, em termos formais, do Departamento de Educação, Juventude e Desporto.

Destas estruturas, salienta-se o Observatório da Qualidade cujas funções se prendem com todos os processos de autorregulação e de garantia da qualidade da escola [Cf. p. 36].

| POPULAÇÃO ESCOLAR

No ano letivo de 2023- 2024, a população escolar cifrava-se num total de cerca de 270 alunos, agrupados em onze turmas, onde incluímos os alunos inscritos em módulos em atraso. A sua distribuição por curso e ano de escolaridade apresenta-se na tabela que se segue.

Número de alunos por curso profissional e ano de escolaridade [ano letivo 2023-2024]

Curso	Número de alunos por ano		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Assistente de Conservação e Restauro [ACR]	15	12	6
Técnico de Design de Interiores e Exteriores [TDIE]	28	19	5
Técnico de Fotografia [TF]	14	17	8
Técnico de Audiovisuais [TA]	27	25	—
Técnico de Produção e Tecnologias da Música [TPTM]	24	18	16
Intérprete de Dança Contemporânea [IDC]	19	-	-
TOTAIS	127	91	35

Número de turmas por ano de escolaridade [ano letivo de 2023-2024]

Número de turmas/Ano de escolaridade	10.º ano	11.º ano	12.º ano
		5	4

No que concerne à caracterização da população escolar, os dados disponíveis são relativos ao ano letivo de 2023-2024, num universo de 270 alunos.

Em termos gerais, pode verificar-se que a maioria, cerca de 83%, dos alunos reside no concelho de Sintra. Seguem-se os concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Odivelas e Oeiras. Apesar da maioria dos jovens pertencerem ao concelho onde a escola se situa, a proveniência de outros concelhos demonstra que a especificidade da EPRPS é atrativa em termos da formação disponibilizada.

Quanto a outros indicadores de caracterização demográfica, pode constatar-se que:

- a) existe equilíbrio no género, sendo que 51,44% são do sexo masculino e 48,56% do sexo feminino;
- b) as idades situam-se no intervalo entre os 15 e os 21 anos;
- c) 80% são de nacionalidade portuguesa e 20% são alunos estrangeiros;

A maioria dos jovens escolhe o curso que frequenta como primeira opção.

Apesar desta percentagem poder parecer significativa, as estruturas da escola deverão ter em consideração aqueles que estão num curso que não seria de sua eleição e disponibilizar um apoio suplementar de modo a prevenir situações de insucesso ou de abandono. Nesta perspetiva, o papel da psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) tem um papel fundamental não só no processo de acolhimento dos novos alunos, como na sua inclusão e acompanhamento ao longo do trajeto escolar, apoiando uma eventual reorientação de percursos. A EMAEI acompanha, monitoriza e avalia as medidas mobilizadas. No presente ano letivo, 59 alunos têm prevista a mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Destes 24 têm apenas mobilizadas medidas universais, 31 medidas seletivas e 4 alunos medidas adicionais. O ano de escolaridade que apresenta um maior número de alunos com mobilização de medidas é o 1º ano (51%), seguido do 2º (32%) e com menor número o 3º ano (17%). O curso que se destaca com maior número de alunos com mobilização de medidas é ACR (29%), seguido de TPTM e TDIE (ambos com 20%) e TF (17%). O curso com menor número de alunos com mobilização de medidas é IDC, sendo apenas um aluno (4%). É de destacar que o curso IDC apenas existe no 1º ano e de TA nos 1º e 2º anos.

A EPRPS, com o reforço da sua oferta educativa e com o significativo crescimento do número de alunos inscritos em três dos seis cursos já disponibilizados, aumentou significativamente o número de alunos matriculados.

| RECURSOS HUMANOS

Recursos docentes

Num universo de 53 docentes, pode verificar-se que cerca de 96,23% são docentes contratados e que destes, 33, cerca de 62,3% do seu total, são formadores na área tecnológica. Mais de metade dos docentes da escola, cerca de 55%, são docentes em acumulação, provenientes maioritariamente de escolas públicas, que lecionam as disciplinas das áreas sociocultural e científica.

A especificação da situação do corpo docente parece relevante na medida em que, embora este apresente uma relativa estabilidade, condiciona um conjunto significativo de aspetos organizacionais e pedagógicos, uma vez que não permitem a dotação de horas não letivas. Neste contexto, podem ser postas em causa práticas como, por exemplo, o trabalho colaborativo dos docentes, trabalho de projeto fora da sala de aula ou mesmo a flexibilidade curricular.

Recursos não docentes

Número e tipo de recursos não docentes [ano letivo de 2023-2024]

Assistentes técnicos	Assistentes operacionais	Outros técnicos superiores
7	4	2

Serviços de Apoio à Educação inclusiva

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem. Tem como objetivo primordial o apoio à aprendizagem dos alunos tendo em vista uma leitura alargada, integrada e participada de todos os intervenientes no processo educativo.

Serviços de Psicologia e Orientação

A EPRPS dispõe de um Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), com uma psicóloga, que tem como domínios de intervenção os seguintes:

- Apoio e Aconselhamento Psicológico: tem por objetivo a criação de condições propícias para que os alunos alcancem as aprendizagens essenciais, tendo por base as competências, habilidades, valores e atitudes que os alunos devem desenvolver no final da escolaridade obrigatória, considerando ainda as suas características individuais, contextos e circunstâncias de vida. São algumas das suas funções: o apoio à diferenciação pedagógica e organização dos ambientes de aprendizagem; o estímulo à auto regulação e ao envolvimento nas aprendizagens; a promoção de competências socio emocionais e de resiliência; a colaboração com a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI); o apoio em situações de crise e catástrofe; entre outras.

- **Desenvolvimento Vocacional:** consiste num conjunto de atividades que visa capacitar os jovens a identificar as suas aptidões e interesses, a tomarem decisões relativas ao seu percurso formativo e futuramente profissional, com a promoção do autoconhecimento, da exploração das opções de ensino profissionalizante e superior, e a sua inserção no mercado de trabalho (ações informativas e formativas de prosseguimento de estudos, de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, exploração de ofertas de emprego e ajuda nas técnicas de procura de emprego, entre outros).
- **Desenvolvimento do Sistema de Relações da Comunidade Educativa:** procura promover atividades que visem capacitar e mobilizar os vários agentes educativos, bem como entidades e serviços da comunidade, com o objetivo de melhorar a resposta educativa. São iniciativas a desenvolver a participação em iniciativas comunitárias voltadas para a prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar; para a promoção da inclusão e equidade educativa; para o bem-estar físico e mental, entre outras. A facilitação de parcerias e interações entre a escola e a família, assim como a contribuição para a formação contínua dos profissionais de educação, são também objetivos a que o SPO se propõe.

| OFERTA EDUCATIVA

Necessidades do tecido empresarial e adequação da oferta da EPRPS

O relatório *Dinâmica Empresarial e Associativa: necessidades de formação*, inserido no *Projeto Educativo Local de Sintra*, constitui-se como um documento de diagnóstico essencial para o planeamento da oferta formativa, já que evidencia as relações do tecido empresarial e associativo com as necessidades de formação dos cidadãos.

O tecido empresarial mostra-se essencial para o desenvolvimento local, através da criação de emprego e, conseqüentemente, do bem-estar da população. A caracterização da dinâmica económica e empresarial do município revela uma perspetiva macro das empresas que poderão vir a acolher jovens e adultos recém-saídos do sistema de ensino e formação. É o conhecimento da realidade económica, das atividades dominantes, dos *clusters* estratégicos, dos diferentes níveis de empregabilidade e do desemprego que enquadra o desenvolvimento de políticas e de medidas no âmbito educativo, ajustando a oferta formativa às necessidades da população e do tecido empresarial.

Em termos globais, e considerando a década de 2001-2011, o município de Sintra registou um acréscimo relevante da sua população [3,87%, correspondendo a 14 086 habitantes],

num território em que a estrutura etária se apresenta menos envelhecida do que a generalidade dos municípios da área metropolitana de Lisboa.

Ao nível da dinâmica económica, e refletindo sinais de força, salienta-se: a) uma estrutura populacional jovem, com forte peso na população em idade ativa; b) uma taxa de atividade superior à média da área metropolitana; c) uma grande relevância das atividades do comércio por grosso e a retalho em termos de postos de trabalho e de riqueza criada; e d) a tendência para a diminuição do desemprego, sobretudo nos últimos anos.

As oportunidades em termos de desenvolvimento económico advêm da localização do município na área metropolitana de Lisboa e do reforço das acessibilidades. Sublinha-se também a grande diversidade paisagística, com forte componente urbana e extensa área rural e florestal. As perspetivas de desenvolvimento passam pelo crescimento urbano e industrial/empresarial e pela crescente relevância da cultura e do turismo, em particular na vila de Sintra.

Relativamente ao diagnóstico da oferta formativa, e numa referência aos dados globais que caracterizam a educação no concelho, salienta-se a taxa de analfabetismo inferior à média da área metropolitana de Lisboa e do Continente e a tendência crescente para o aumento da população com escolaridade de nível superior. No entanto, há um conjunto de fragilidades evidenciadas: a) a persistência de uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; b) uma percentagem considerável [cerca de 18,2%] de população residente, com idades entre os 18 e os 24 anos, que completou o 3.º ciclo do ensino básico, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; c) uma taxa de retenção e de desistência no ensino básico superior à média da área metropolitana e do Continente; e d) uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário inferior às unidades de referência.

Ao nível da oferta formativa, e perspetivando-se as oportunidades, sublinha-se a crescente procura de cursos profissionais de nível 4 pelos jovens sendo, por isso, necessário repensar, de forma articulada, a sua oferta.

As ameaças futuras devem ser analisadas num contexto de progressiva diminuição da população em idade escolar e de saída de alunos para escolas de outros concelhos. Neste sentido, os cenários apresentados dão indicações de um futuro inquietante, colocando desafios apreciáveis em matéria de oferta e de procura de equipamentos educativos, adequação das redes educativas e necessidades de docentes e não docentes.

Foram inquiridas cerca de 28 empresas¹ que, na sua totalidade, empregam 1 548 trabalhadores. Deste universo, 20 empresas preveem, nos próximos anos, um aumento no número de trabalhadores, destacando que este aumento deverá ser efetuado recorrendo sobretudo a mão-de-obra intermédia [cursos profissionais, ensino secundário] e especializada [licenciatura e CTeSP].

¹ A resposta ao inquérito foi solicitada aos responsáveis de todas as empresas do concelho de Sintra. O processo acabou por apresentar algumas dificuldades, e apesar do reforço da importância da resposta e do empenho aplicado, apenas 28 empresas do município colaboraram.

Matriz SWOT da oferta formativa do concelho de Sintra

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ● Taxa de analfabetismo do município em 2011 (2,5%) inferior à observada na Área Metropolitana de Lisboa (5,2%) e no Continente (5,2%); ● População com ensino superior com significado (cerca de 18,7% da população residente) com 15 e mais anos; ● Aumento crescente da população com níveis de escolaridade avançados; ● Oferta diversificada de cursos profissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Perfil de escolarização muito semelhante à média do Continente, assumindo-se, porém, menos escolarizada quando comparada com a média da Área Metropolitana de Lisboa; ● Elevados valores de população com baixos níveis de escolarização (ensino básico); ● Grande percentagem (18,2%) de população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3º CEB mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; ● Taxa de retenção e desistência no ensino básico (7,8%) superior à média da Área Metropolitana (7,5%) e do Continente (6,4%); ● Taxa de transição/conclusão no ensino secundário (76,9%) inferior à observada na Área Metropolitana (80,8%) e no Continente (84,5%). ● Grandes dificuldades nas saídas profissionais, em particular para os jovens que não seguem a via universitária.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ● Crescente procura de cursos profissionais por parte dos alunos; ● Necessidade de repensar, de forma articulada, a oferta de cursos profissionais, ao nível do ensino secundário. 	<ul style="list-style-type: none"> ● População com estratos sociais diferenciados, sendo uma grande percentagem com reduzida qualificação académica; ● Saída de alunos para a frequência noutros concelhos; ● Progressiva diminuição da população escolar; ● Tendência para a diminuição futura de população em idade escolar; ● Desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, adequação das redes educativas e necessidades de docentes e não docentes; ● Taxa de abandono precoce ainda muito elevada.

As empresas inquiridas elegeram um conjunto de 28 áreas em que existe necessidade de mão-de-obra, destacando-se os Técnicos vendedores, Eletricistas, Delegados de informação médica, Embaladores, Tesoureiros, Secretários, Engenheiros eletrónicos, Operários industriais, Mecânicos industriais, Engenheiros mecânicos, Técnicos de automação, Operadores de máquinas, Gestores de marketing, Gestores de clientes, Motoristas, Funcionários de armazém, Empregados da hotelaria e de restauração, Maquinistas, Serralheiros, Soldadores, Pintores, Torneiros, Fresadores, entre outros [Cf. Tabela 7].

No que diz respeito às necessidades atuais e futuras, as empresas identificam uma maior carência de formação nas áreas de Motivação (12), Gestão (11), Certificação [ISO9001] (9), Liderança (10), Logística (8), Marketing (7), Áreas técnicas (2), Internacionalização (2), Produção (1), Segurança e higiene no trabalho (1) e Primeiros Socorros (1).

Uma Visão Estratégica para a Educação, Formação e Desenvolvimento Económico

Clusters estratégicos para o desenvolvimento do município

No atual contexto de globalização e de crescente concorrência e competitividade de territórios pela captação de pessoas, empresas e turistas, é fundamental identificar e destacar as características específicas do concelho de Sintra, no sentido de as reconhecer como fatores de diferenciação positiva que balizem estratégias de superação dos atuais desafios em matéria de desenvolvimento económico.

O diagnóstico realizado, articulado com o *Plano de Desenvolvimento Estratégico de Sintra*, bem como esta breve reflexão estratégica permitiram a definição dos atuais pilares estruturantes/*clusters* para o desenvolvimento económico do concelho e que deverão firmar a base económica das próximas décadas.

C1 | Cluster do turismo

O turismo, nos seus variados segmentos é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento do concelho. A oferta turística de Sintra é rica em espaços naturais, sendo a Serra de Sintra com os seus palácios, igrejas e quintas senhoriais, o principal elemento potenciador do turismo local. O seu valor paisagístico, aliado à história que, ao longo dos séculos, prestigiou a Vila de Sintra como local de veraneio e passeio, foram alguns dos aspetos tidos em conta para que, em 1995, Sintra fosse classificada, como se referiu atrás, de Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, pela UNESCO.

Neste cenário, a componente formativa e educativa do município assume papel preponderante na preparação de quadros técnicos e profissionais ao serviço das atividades de turismo e lazer, contribuindo, através do capital humano, para o crescimento e prosperidade do setor.

C2 | Cluster das Indústria das rochas ornamentais/mármore

Portugal é um dos principais produtores de rochas ornamentais do mundo. A extensa variedade de pedra natural proporciona-lhe uma posição de destaque e contribui para a criação de riqueza e de sustentabilidade do setor. A localidade de Pêro Pinheiro está associada à indústria dos mármore há mais de dois séculos, estendendo-se de Fervença a Negrais. A atividade de extração de rocha para uso na construção e decoração assenta no famoso LIOZ. Trata-se de um calcário sedimentar que se caracteriza como um biosparito. O mercado final é a indústria da construção [80% de acordo com as estatísticas internacionais] e as obras funerárias, além da escultura e das peças de decoração.

Dada a importância estratégica deste setor, as ofertas formativas direcionadas a estas áreas mais tradicionais poderão trazer mais-valias para o crescimento do setor, aproveitando o *know-how* e equipamentos destas atividades. Torna-se decisivo o acompanhamento dos estabelecimentos de ensino profissional no sentido de requalificar mão-de-obra em atividades baseadas na utilização dos recursos.

C3 | Cluster da Indústria químico-farmacêutica

Sintra apresenta uma enorme potencialidade em torno das atividades da indústria química, farmacêutica e derivados. Ao nível das exportações, e tendo em consideração o ano de 2016, os produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas foram responsáveis por cerca de 10,9% do total do volume [151 048 771€] de exportações. Ao nível da população ativa, as áreas de fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos, fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas, são responsáveis por 11,9% da população ativa na indústria transformadora. Aliás, das 20 empresas que mais empregam no concelho, três dedicam-se a estas atividades.

Estes dados mostram que a aposta no reforço da especialização do município na indústria químico-farmacêutica e nas indústrias de saúde associadas, deverá também ser tida em consideração nas ofertas educativas e formativas.

C4 | Cluster da Agroindústria

A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em Sintra ganham destaque as atividades de regadio [hortifruticultura, fruticultura e vinicultura], de agricultura biológica e de silvicultura. A importância deste setor é visível sobretudo ao nível das exportações, salientando-se que, no ano de 2016, cerca de metade do volume de exportações em Sintra dizia respeito aos produtos das indústrias alimentares [48,2%, correspondendo a cerca de 668 993 112€]. De igual modo, as indústrias alimentares são responsáveis por cerca de 16% do pessoal e por cerca de 12% da riqueza criada na indústria transformadora.

O setor agroalimentar evidencia cada vez mais potencialidades produtivas suscetíveis de uma diferenciação competitiva a nível nacional e internacional. A crescente valorização dos produtos tradicionais, expressa em políticas europeias, com a aplicação de instrumentos de certificação dos produtos tradicionais de qualidade, como a Denominação de Origem Protegida [DOP] ou a Indicação Geográfica Protegida [IGP], a par da crescente desconfiança e preocupação dos consumidores relativamente à qualidade dos bens alimentares, faz com que os produtos tradicionais registem, atualmente, uma conjuntura de desenvolvimento favorável.

Neste contexto, Sintra deverá defender e promover: a) a salvaguarda dos saberes que asseguram a qualidade e a identidade dos produtos rurais; b) a certificação dos processos produtivos; c) o estímulo ao associativismo e geração de economias de escala; d) a promoção das qualificações e das condições de trabalho; e) o desenvolvimento de ações de formação para os trabalhadores; f) a melhoria das condições de trabalho ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à produção; e g) a criação de valor acrescentado, através da criação de marcas fortes. Paralelamente, deverão ser feitos investimentos em marketing, *branding* e *labeling*, através da melhoria do design das embalagens dos

produtos, apostando na promoção dos produtos e na sua integração em novos mercados e circuitos de comercialização.

Assim, importa desenvolver formação profissional em áreas como o controlo de qualidade alimentar, gestão de produção, gestão agrícola, certificação, manutenção industrial, veterinária e produção animal.

C5 | Cluster das indústrias culturais e criativas

As indústrias criativas têm um papel significativo no desenvolvimento económico e social. A promoção de conteúdos culturais e artísticos permite a realização de ações de qualidade a nível local, desde que haja uma boa cobertura de comunicação. Tal facto possibilita a deslocalização de agentes e de indústrias para territórios mais periféricos sem condicionar a sua competitividade. Sintra reúne a atmosfera ideal para a afirmação das indústrias culturais e criativas, dando-se destaque ao património, às artes plásticas, pintura, conservação, restauro, ao audiovisual e às indústrias gráficas.

A aposta numa oferta formativa, de nível superior e profissional, direcionada a suprir as necessidades de formação neste setor, deverá ser encarada como uma estratégia prioritária do município.

Assim, atendendo às dinâmicas atuais, torna-se pertinente encontrar mecanismos de articulação do mercado da formação com o mercado de trabalho, de modo a correlacionar as qualificações e competências dos trabalhadores e as necessidades do tecido empresarial. Só deste modo se poderá fundamentar adequadamente a criação, de forma concertada, atores educativos, empresários, outros parceiros, de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional. Também a implementação de um sistema de educação para a carreira, que contribua para o desenvolvimento da identidade dos jovens e de competências como, por exemplo, a tomada de decisão ou a resiliência, que os capacite para lidar com as mudanças constantes, evitando situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo se revela pertinente.

Proposta para a oferta formativa para o município de Sintra

Atendendo sobretudo às necessidades das empresas, aos *clusters* identificados como estratégicos para o desenvolvimento deste território, à previsível evolução da população escolar do ensino secundário, às características da sua população nos próximos anos e à capacidade formativa instalada nas organizações educativas existentes, foi elaborada uma proposta para a oferta formativa para técnicos de nível 4 e 5 do município de Sintra.

Um dos problemas da formação profissional em Portugal é a sua nem sempre correta adaptação ao tecido económico da respetiva região. Surgem frequentemente dificuldades de equilibrar a oferta e a procura de trabalho, com consequências negativas a nível do emprego, dos níveis salariais e da competitividade das empresas.

Entende-se que a capacidade de resposta aos desafios futuros passa por uma adequação da oferta formativa e por uma atuação prospetiva, empenhada e responsável dos atores envolvidos na estrutura das ofertas formativas. Também deverão ser promovidas novas abordagens junto dos destinatários, incentivando-os a procurar as melhores opções de formação e informando-os, claramente, sobre as condições de empregabilidade. Dever-se-á, também, promover uma maior aproximação entre as instituições de ensino e as empresas, solicitando junto destas a colaboração para a definição de perfis e de conteúdos formativos, bem como para a elaboração de programas e de metodologias de formação.

Em função do diagnóstico efetuado, apresentam-se na proposta de oferta educativa para 2024/2025 as propostas de oferta formativa dirigida a diferentes destinatários e organizadas segundo os *clusters* e as necessidades das empresas.

É oportuno salientar-se aqui o papel do *Projeto Educativo Local de Sintra*, que define as linhas orientadoras do desenvolvimento de estratégias integradas de promoção da empregabilidade, através da formação. Estes dados permitem às escolas projetarem ofertas formativas [cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação de adultos, unidades de formação de curta duração], alinhadas com a estratégia de desenvolvimento do município.

Por último, é reconhecido que um dos maiores desafios que atualmente se coloca às empresas reside na atração de trabalhadores qualificados, bem como de uma qualificação dos próprios trabalhadores ao longo do seu percurso laboral. Deste modo, de entre as medidas mais significativas, destacam-se, entre outras, a aprendizagem ao longo da vida, a responsabilização dos trabalhadores, uma melhor informação dentro da empresa, um melhor equilíbrio da vida profissional, familiar e tempos livres, uma maior diversidade de recursos humanos, a igualdade em termos de remuneração e de perspetivas de carreira para as mulheres.

Em relação à aprendizagem ao longo da vida, as empresas podem desempenhar um papel decisivo nas parcerias com agentes locais responsáveis pela conceção de programas de educação e formação, contribuindo para uma definição mais clara das necessidades de formação, bem como apoiar a transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho.

Reforça-se, igualmente, a relevância de uma formação inicial que assegure uma base cultural e técnico-científica alargada, que possibilite a adaptabilidade e a mobilidade exigidas numa sociedade em constante mudança e que prepare não só para o exercício de uma atividade profissional, mas também para a inovação, a iniciativa e a aprendizagem ao longo da vida.

A história e a identidade da EPRPS, particularmente a sua especificidade, a ligação ao contexto patrimonial do concelho de Sintra, e o facto de ser a única escola profissional no país relacionada com a conservação e recuperação do património, em múltiplas vertentes, são fatores determinantes para a estruturação da sua oferta formativa. A articulação destes fatores com os dados atrás apresentados e a conjuntura em termos socioeconómicos, diagnosticada no município, e acima sistematizada, permitem identificar e projetar um conjunto de necessidades a que esta oferta dá resposta.

Proposta de Oferta educativa [ano letivo de 2024-2025]

Cursos Profissionais de Nível IV	Assistente de Conservação e Restauro
	Técnico de Design de Interiores e Exteriores
	Técnico de Fotografia
	Técnico de Produção e Tecnologias da Música
	Técnico de Audiovisuais
	Interprete de Dança Contemporânea
NOVA OFERTA*	Instrumentista de Cordas e Tecla *

A transferência da EPRPS para as novas Instalações permitiu concretizar o ensejo de alargar a oferta formativa, reforçando a aposta no ensino artístico.

Neste sentido, e depois de apostar em cursos na área da música, a EPRPS, enquanto escola de artes que pretende ser, decidiu apostar, noutra dimensão do nosso património imaterial: a dança, mais especificamente, no Curso profissional de Intérprete de dança contemporânea.

Considerando a importância que o ensino e a formação na área da dança assumem no concelho de Sintra, atestada pela existência de Academias de Dança, formando bailarinos para a Companhia de Dança Contemporânea de Sintra, Cuadro Flamenco Companhia de Dança Espanhola, parece-nos da maior relevância para o concelho proporcionar aos nossos alunos projetos educativos profissionalizantes nesta área.

Sintra é sobejamente conhecida pela riqueza da sua oferta cultural, nas mais diversas áreas, sendo o Centro Cultural Olga Cadaval e os nossos palácios, palcos de excelência de muitos espetáculos e bailados.

Além disso, a importância do ensino e a formação da Dança, no desenvolvimento das nossas crianças e jovens é hoje amplamente reconhecido por psicólogos e pedagogos.

A dança, tem a pretensão de promover o desenvolvimento da comunicação e expressão corporal, estimulando, em cada um dos alunos, a capacidade de sentir, agir, imaginar e pensar.

Com curso de intérprete de dança contemporânea pretendeu-se promover a aprendizagem e desenvolvimento capacidades técnicas do movimento corporal, como fito de retirar o máximo proveito do repertório corporal de cada um dos alunos, através do aperfeiçoamento de habilidades motoras e do movimento consciente.

Com o objetivo de dar resposta a este apelo do ensino artístico da dança, em 2016, foi constituída uma parceria, entre a “Associação Ai a Dança” e a EB Escola D. Carlos I e a Escola Secundária Gama Barros, com o objetivo de ministrar, do 2º ao 3º Ciclo, o Curso Básico de Dança/ Ensino Articulado (Curso artístico), projeto que tem conquistado muita adesão nas nossas crianças.

Consolidada que estava a oferta formativa no 2º e 3º ciclos, nesta área artística, a EPRPS entendeu garantir o prosseguimento de estudos, destes e de outros alunos, ao nível do ensino secundário, através da oferta formativa do curso profissional de Intérprete de Dança Contemporânea.

Esta oferta formativa pretendeu dar resposta não só aos alunos do nosso concelho que pretendam prosseguir os seus estudos na dança contemporânea, como tanto constitui uma alternativa formativa para toda a AML, dada a inexistência oferta de cursos profissionais nesta área, no distrito.

A EPRPS está eminentemente ligada ao património, tal como a sua designação evidência, sendo este fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento cultural de qualquer sociedade.

A preservação da memória é o garante da identidade, do sentimento de pertença e da riqueza das comunidades e a dança é, enquanto património imaterial, indubitavelmente, uma das grandes expressões identitárias de um povo.

Neste projeto formativo, contaríamos contamos, com a parceria da associação “AI A DANÇA”, que assumirá assume toda a componente tecnológica do curso, bem como a FCT.

No ano letivo de 2024-2025, prevê-se que a EPRPS passe a disponibilizar um novo curso, Instrumentista de Cordas e tecla, reforçando a aposta no ensino artístico, nomeadamente, na área da Música – Interpretação.

Com efeito, é propósito da EPRPS aproveitar o enorme potencial das quinze Orquestras Escolares e dos dois conservatórios de música, que realizam um magnífico trabalho no concelho.

02 Identidade da EPRPS

| VISÃO

No documento *Sim(tra): aprender a viver melhor num território inteligente e sustentável 2017-2025*, do *Projeto Educativo Local de Sintra*, é apresentada uma conceção de escola que baliza a visão da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra: [...] *uma escola que promova uma cultura integradora, de união, coesão e reconhecimento. Uma escola verdadeiramente inclusiva, reflexiva, investigativa, colaborativa e com capacidade de resposta às necessidades e ansiedades [...] uma escola capaz de motivar os alunos nas suas aprendizagens [...] uma escola que valorize a oferta pública e aposte em currículos mais adaptados às novas profissões e necessidades da sociedade* [PEMS, 2018: 41-42].

A EPRPS pretende, assim, firmar-se como uma escola de artes com qualidade reconhecida no contexto local, nacional e internacional, constituindo-se como um espaço educativo inclusivo de rigor, de excelência e de inovação, em áreas patrimoniais e artísticas, respondendo a necessidades formativas fundamentadas e sustentadas.

Uma visão educativa humanista, universalista e ancorada na sua identidade, visa demarcar a EPRPS como um território educativo, físico e simbólico, de inclusão, de cidadania, de transformação e de bem-estar para todos e para cada um, jovens e adultos, que a integram em cada momento.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se advinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida [Paulo Freire, 1996: 19].

A Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra tem por missão capacitar os jovens que a frequentam a contribuir para a valorização e a preservação do património cultural, nas suas múltiplas vertentes.

O património cultural, e a ação com ele e sobre ele, torna-se a matriz que enquadra uma filosofia educativa conducente a práticas que desenvolvam nos jovens as competências necessárias para traçar um projeto de vida, para o presente e projetado no futuro, que lhes permita serem interventivos e gerir a mudança e a incerteza do mundo contemporâneo.

A intencionalidade educativa da EPRPS [...] é na formação de jovens competentes [...] mas, ao mesmo tempo, pessoas conscientes, pessoas com identidade própria, com um projeto de vida pessoal baseado na sua vocação e no sentido de compromisso com os outros, com a comunidade; pessoas flexíveis e abertas à mudança; pessoas autónomas e proativas; pessoas multiculturais, globais, que saibam comunicar com os outros e os diferentes; pessoas com pensamento crítico, capazes de trabalhar colaborativamente e em rede; pessoas com vida interior, capazes de compreender e de conduzir a sua própria vida e nela integrar a realidade complexa em que vivemos [...] pessoas de carácter e comprometidas com o bem comum [Azevedo, 2017: 16].

Para além do trabalho com os alunos, a EPRPS tem ainda a missão de promover oportunidades de desenvolvimento dos seus docentes e não docentes, não só fomentando projetos de formação e de capacitação a eles dirigidos, mas criando um clima e cultura de escola que lhes permita, a cada dia, cumprir o desiderato da aprendizagem ao longo da vida.

Ao posicionar-se estrategicamente como uma organização em sistema aberto, a EPRPS interage com famílias, parceiros e comunidade, envolvendo-os na sua ação educativa, concebendo espaços de conhecimento mútuo e favorecendo, desta forma, confiança e expectativas positivas.

Num dos documentos fundamentais que norteiam a ação educativa, o *Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, afirma-se que *Os Valores, no âmbito do sistema educativo, são entendidos como orientações segundo as quais determinadas crenças, comportamentos e ações são definidos como adequados e desejáveis. Os valores são, assim, entendidos como os elementos e as características éticas, expressos através da forma como as pessoas atuam e justificam o seu modo de estar e agir. Trata-se da relação construída entre a realidade, a personalidade e os fatores de contexto, relação essa que se exprime através de atitudes, condutas e comportamentos* [Martins, 2017: 9].

Neste sentido, são apontados como valores fundamentais da cultura escolar:

- a) a responsabilidade e a integridade [implicam o respeito por si e pelos outros, a capacidade de assumir as suas escolhas e comportamento, ajuizar ações em função de um bem comum];
- b) a excelência e a exigência [implicam ter brio no trabalho, valorizar o esforço, o rigor e a determinação face a eventuais dificuldades, ter vontade de ser melhor na relação consigo e com os outros]
- c) a curiosidade, a reflexão e a inovação [implicam o desejo de conhecer e de procurar soluções novas, a capacidade de utilizar o pensamento crítico e reflexivo]
- d) a cidadania e a participação [implicam o respeito pela diferença e pelos princípios dos direitos humanos, ser proativo, empreendedor e interventivo]
- e) a liberdade [implica ser autónomo, respeitando a democracia, o livre arbítrio e o bem comum]

A mobilização e, fundamentalmente, a vivência destes valores nos processos de socialização educativa, com os quais a EPRPS se identifica, capacitam os jovens a intervirem consciente e ativamente nos contextos em que se movem, tomando decisões fundamentadas.

Ainda, são estes valores que permitem, na perspetiva de Edgar Morin, a construção de uma identidade planetária, sendo a humanidade a comunidade por excelência, onde os fenómenos se mostram complexos e interligados no espaço e no tempo [Morin, 2001].

| Princípios orientadores da ação educativa

Especificidade do ensino profissional

Em 1986, ao tornar-se membro da Comunidade Económica Europeia, Portugal assume as políticas europeias de modernização dos sistemas de educação e de formação para fazer face à competitividade global através do aumento da qualificação dos recursos humanos, da sua empregabilidade e mobilidade. Nesse mesmo ano, é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo que reintroduz no país o ensino profissional, criando as escolas profissionais e que, partindo de iniciativas locais, privadas, são tuteladas e financiadas pelo Estado.

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional I.P. [ANQEP], como organismo tutelar desta oferta formativa, define como finalidade da mesma o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que permitam aos jovens o exercício de uma profissão ou o acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, a dupla certificação, escolar e profissional, outorgada ao ensino profissional, exige um conjunto diferenciado de possibilidades educativas, que alargam e reforçam as relações da educação com a economia e o mercado de trabalho. A par da formação na escola, a prática em contextos reais de trabalho envolve entidades e empresas nessa formação, bem como o apoio à transição para o mercado de trabalho.

No *European Forum on Vocational Training*, que decorreu em Bruxelas em 2014, foi discutida uma investigação prévia que concluiu que *empregadores, escolas e jovens vivem em universos paralelos* [CE, 2014]. Ou seja, com níveis de comunicação insuficientes ou mesmo inexistentes, emergem entendimentos diferentes das mesmas situações. Este facto deixa vislumbrar um espaço considerável de colaboração de entidades educativas e empregadoras, cuja parceria pode contribuir decisivamente para experiências educativas mais orientadas para situações práticas e de resolução de problemas.

O Decreto-lei 92/2014 reitera a ideia anterior quando consigna como atribuições das escolas profissionais:

- a) proporcionar aos alunos uma formação geral, científica, tecnológica e prática, visando a sua inserção socioprofissional e permitindo o prosseguimento de estudos;*
- b) preparar os alunos para o exercício profissional qualificado, nas áreas de educação e formação que constituem a sua oferta formativa;*
- c) proporcionar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiências profissionais de carácter sistemático;*
- d) promover o trabalho em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, da respetiva região e ou setor de intervenção, tendo em vista a*

adequação da oferta formativa às suas necessidades específicas e a otimização dos recursos disponíveis;

e) contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, em particular da região onde se localizam e dos setores de atividade, através de uma formação de qualidade dos recursos humanos.

A organização curricular em três componentes, Formação Sociocultural, que contribui para a construção da identidade pessoal, social e cultural dos alunos, Científica, que proporciona uma formação científica consistente com o perfil profissional, e Técnica, que visa a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens e de competências técnicas definidas no perfil profissional, engloba um conjunto de disciplinas estruturadas em Unidades Curriculares de Curta Duração [UFCD]. O sistema modular das UFCD torna as aprendizagens menos prescritivas, traduzindo uma desejável flexibilidade curricular.

A componente de Formação em Contexto de Trabalho [FCT], realizada desejavelmente ao longo dos três anos do curso, traduz-se em experiências de trabalho em contextos reais que visam a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional. A FCT viabiliza a imersão no mundo do trabalho e a experimentação e aprendizagem não só técnica, mas particularmente o desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

A Prova de Aptidão Profissional [PAP] consiste na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final e apreciação crítica. Na PAP, os alunos evidenciam os conhecimentos, atitudes e competências adquiridos ao longo do seu percurso formativo, *com especial enfoque nas áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e no perfil profissional associado* [Portaria n.º 235A/2018].

Esta diferenciação face aos cursos científico-humanísticos do ensino secundário não pode ser concebida como característica de um percurso formativo seletivo, de «segundo nível», mas antes como um caminho pedagógico original, inovador, ativo e inclusivo, que requer lógicas de trabalho, de avaliação e de progressão em consonância com a intencionalidade educativa que preside aos cursos profissionais.

A transição da escola para o mundo do trabalho obedece a três momentos fulcrais: a escolha de um percurso educativo, o desenvolvimento de competências e a procura de emprego. Estes três momentos deveriam ser encarados pela escola e pelos empregadores de uma forma interdependente e contínua. Relativamente ao primeiro, a escolha de um percurso educativo profissionalizante carece ainda de prestígio, embora muitos jovens considerem que os cursos profissionais são uma via educativa interessante. Reduzir este estigma ajudaria muitos alunos a encontrar um projeto de carreira, mesmo que depois optassem por prosseguir estudos de nível superior. Como transformar esta perspetiva, não só dos jovens

como das famílias, do ensino profissional? Provavelmente substituindo a assunção «profissional versus acadêmico» para uma perspectiva global do mundo do trabalho. É preciso mudar a história de que a formação profissional implica poucas perspectivas a longo prazo, o que já está a acontecer.

O sucesso de um percurso profissionalizante depende de uma relação inevitável das partes interessadas, que contrarie a perspectiva tradicional, que envolva os empregadores na educação e dando à escola um papel mais preponderante no mundo do trabalho. A consequência de estratégias inovadoras neste âmbito será a excelência da integração dos jovens na vida ativa e a transformação da imagem social do ensino profissional.

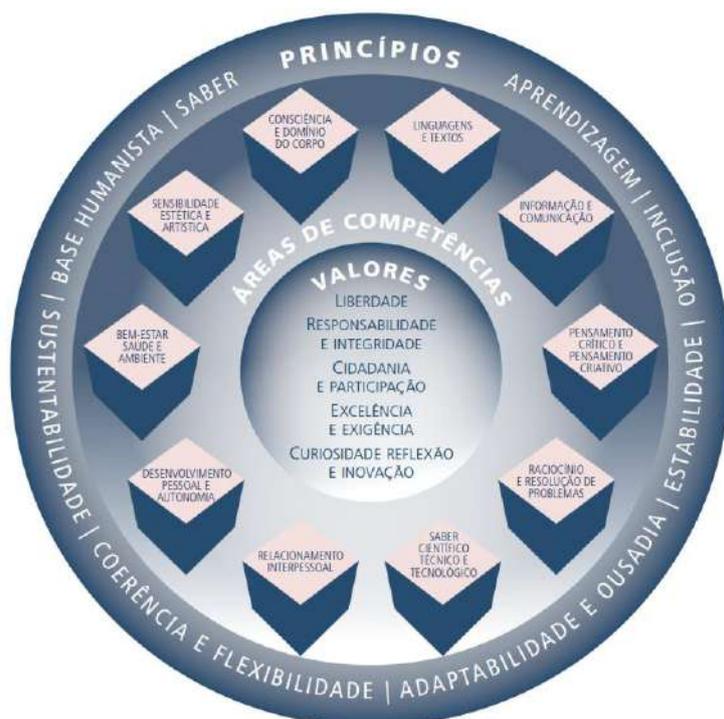
Perfil de aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória - PASEO [...] afirma-se como referencial para as decisões a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem [Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho].

o PASEO é um documento emanado da tutela, uma matriz que regula e organiza todo o processo educativo, prescrevendo uma cultura escolar, científica e artística, de base humanista, partilhada, que fomente a qualidade, e que atenda às diferenças. Colocando o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos no centro da educação, nele se elencam dez competências transversais, essenciais para viver e intervir na complexidade do mundo contemporâneo.

Como referencial educativo, abrange todos os anos e percursos, assegurando a coerência do sistema educativo e outorgando sentido à escolaridade obrigatória. Constitui, ainda, um modelo de orientação na construção de todos os passos e componentes do currículo, nomeadamente no planeamento, na ação e na avaliação interna e externa das aprendizagens.

FIGURA 4. Esquema concetual do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*



O PASEO deve ser visto como um referencial educativo, de uma intencionalidade política assumida para todos, mas em que cada competência, a adquirir por todos, deverá ser equacionada e trabalhada tendo em conta contextos históricos, sociais, culturais, tecnológicos e científicos de cada situação [Roldão *et al*, 2018]. Daí a importância da sua operacionalização em todo o processo educativo, nomeadamente na organização curricular. O Perfil é prescritivo e deve ser encarado pelos agentes educativos, não como um mero documento filosófico, mas como um instrumento de trabalho que orienta todas as práticas, todos os dias, em todos os cenários.

As competências expressas no Perfil devem igualmente ser articuladas e integradas no perfil profissional de cada curso.

Programas e projetos

A Direção-geral de Educação [DGE] disponibiliza às escolas um conjunto de Programas e Projetos com carácter educativo essencial, que deverão estar ligados com outros projetos da escola e serem desenvolvidos em parceria com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede.

De entre esse conjunto, que pode ser consultado na página web da DGE, aqui se apresentam dois deles, com carácter obrigatório, o Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde [PAPES], vulgarmente designado por PES, e o Plano Estratégico de Educação para a Cidadania. Referenciam-se outros dois, de carácter facultativo, mas que, pela sua natureza, podem designar-se como desejáveis a implementar na Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, o Plano Nacional das Artes e o Plano de Desenvolvimento Europeu.

Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde

A Organização Mundial de Saúde [OMS] define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social não apenas a ausência de doença. Na Carta de Ottawa A prevenção na área da saúde é considerada o processo que visa aumentar a capacidade dos indivíduos e das comunidades para controlarem a sua saúde, no sentido de a melhorar. Para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo devem estar aptos a identificar e realizar as suas aspirações, a satisfazer as suas necessidades e a modificar ou adaptar-se ao meio. Assim, a saúde é entendida como um recurso para a vida e não como uma finalidade de vida [OMS, 1998].

No âmbito de protocolos estabelecidos entre os Ministérios da Educação e o Ministério da Saúde [2005, 2006 e 2007] foi aprovado o Programa Nacional de Saúde Escolar [PNSE] que delibera que a Educação para a Saúde deve ser considerada obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino e integrar o Projeto Educativo da escola.

De âmbito alargado, o Programa Nacional de Saúde Escolar [PNSE] tem como finalidades: a) promover e proteger a saúde e prevenir a doença na comunidade educativa; b) apoiar a integração escolar de crianças com necessidades especiais de saúde e de inclusão; c) promover um ambiente escolar seguro e saudável; d) reforçar os fatores de proteção relacionados com os estilos de vida saudáveis; e e) contribuir para o desenvolvimento dos princípios das escolas promotoras da saúde.

Este programa foi concretizado em contexto escolar, com a finalidade de educar para a saúde as crianças e os jovens, desenvolvendo conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental, bem como a saúde dos que os rodeiam, conferindo-lhes assim um papel interventivo [DGE, 2019].

Com o PAPES pretende-se promover a literacia em saúde. Isto significa que devem ser mobilizados recursos, internos e externos, que criem condições para a escola poder ser considerada como promotora da saúde, valorizando comportamentos que conduzam a estilos de vida saudáveis e incrementando atitudes e valores que suportem comportamentos saudáveis.

A transversalidade da educação para a saúde implica um trabalho interdisciplinar, enquadrado numa abordagem pedagógica sistemática de temas ligados à saúde em contexto curricular. Neste contexto, as parcerias externas revelam-se de suma importância, particularmente na capacitação dos atores educativos.

A área de educação para a saúde exige que a escola elabore um documento próprio, especificando a sua operacionalização, metodologia e processos de avaliação, e os temas a trabalhar em cada ano letivo.

Plano Estratégico de Educação para a Cidadania

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é uma área de trabalho transversal, onde se cruzam contributos das diferentes componentes de formação, disciplinas e UFCD com os temas da estratégia de educação para a cidadania da escola, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos [Portaria n.º 235A/2018].

A Estratégia de Educação para a Cidadania está enquadrada por um conjunto de documentos de âmbito nacional, a saber:

1) a *Lei de Bases do Sistema Educativo* que preconiza desenvolver nos alunos uma consciência da realidade numa perspetiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional. Nesse sentido, a escola deve proporcionar experiências que permitam desenvolver a maturidade cívica através de comportamentos positivos de relação e de cooperação, particularmente na intervenção intencional e responsável no mundo.

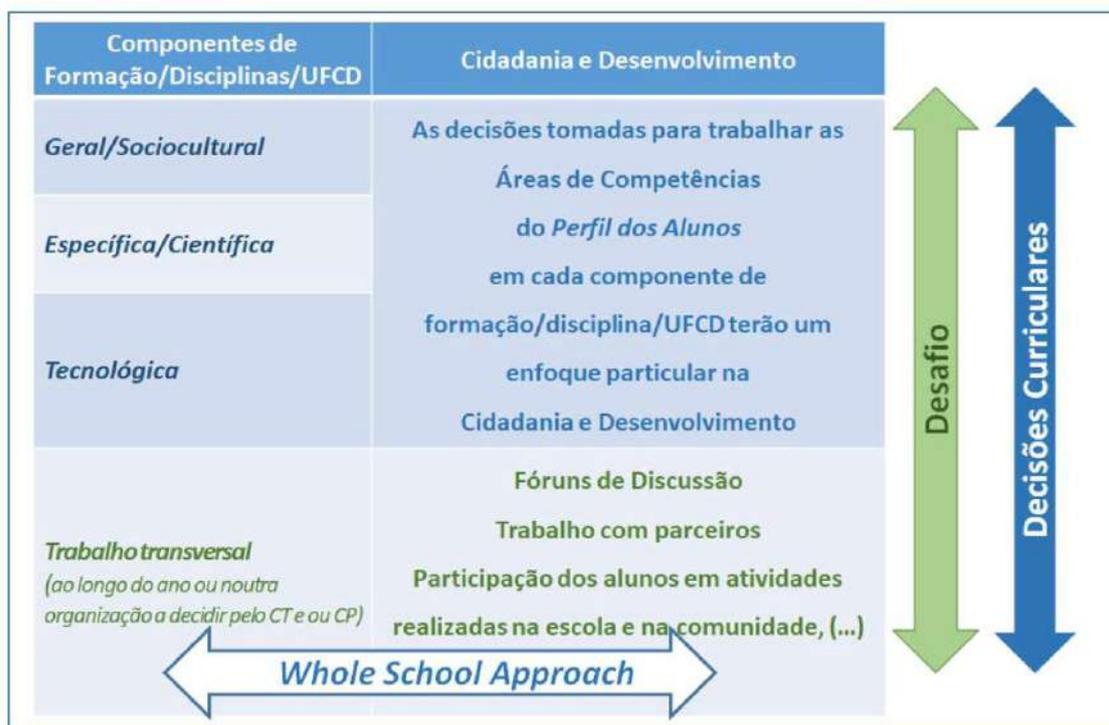
2) o *Decreto-Lei n.º 55/2018* de 6 de julho que, no artigo 15.º, declara que a educação para a cidadania é uma área de trabalho transversal, de articulação disciplinar e com uma abordagem interdisciplinar. Desta forma, [...] *mobiliza os contributos de diferentes componentes do currículo, áreas disciplinares, disciplinas, com vista ao cruzamento dos respetivos conteúdos com os temas de educação para a cidadania da escola, através de projetos dos alunos de cada turma.*

Este documento postula que cada escola deve dispor de uma estratégia própria de educação para a cidadania, que explicita: a) os domínios, os temas e as aprendizagens a desenvolver em cada ciclo e ano de escolaridade; b) o modo de organização do trabalho; c) os projetos a desenvolver pelos alunos que concretizam na comunidade as aprendizagens a desenvolver; d) as parcerias a estabelecer com entidades da comunidade numa perspetiva de trabalho em rede, com vista à concretização dos projetos; e) a avaliação das aprendizagens dos alunos; e f) a avaliação da estratégia de educação para a cidadania.

3) a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* que visa o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e de aprendizagem com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e intercultural, no respeito pelos Direitos Humanos e na valorização de conceitos e de valores de cidadania democrática.

A educação para a cidadania integra o currículo nacional e deve ser desenvolvida nas escolas como componente do currículo desenvolvida transversalmente, no ensino secundário, com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação. Assim, constitui-se como um espaço curricular privilegiado para o desenvolvimento de aprendizagens com impacto a três níveis: a) na atitude cívica individual; b) no relacionamento interpessoal e c) no relacionamento social e intercultural.

FIGURA 5. Esquema conceitual da educação para a cidadania no ensino secundário



A área de educação para a cidadania exige que a escola elabore um documento próprio, especificando a sua operacionalização, metodologia e processos de avaliação, e os temas a trabalhar em cada ano letivo.

Plano Nacional das Artes

O Plano Nacional das Artes [PNA] foi instituído pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação, para o horizonte temporal 2019-29. Nele se afirma que *A Arte é uma linguagem universal, que transmite significados impossíveis a qualquer outro tipo de linguagem, seja esta linguagem semântica, dialógica ou científica. Assim, educar para a cidadania, para a transformação social, para o bem-estar coletivo, é impossível se a educação não abarcar a dimensão artística e patrimonial* [Plano Nacional das Artes, 2019: 11].

Foi assim considerado prioridade dotar a educação de uma abordagem integrada que reflita a relevância da cultura e das artes como fatores de desenvolvimento e de promoção da coesão territorial, tornando-as mais participadas e acessíveis a todos.

No PNA é reconhecido o potencial das artes, na diversidade das suas expressões, para desenvolver o respeito pela diversidade, liberdade, expressão pessoal, abertura ao outro, valorização da experiência estética e preservação do património. O plano tem como grande finalidade a promoção das várias vertentes artísticas e diferentes formas de arte, bem como de divulgação e preservação do património histórico, material e imaterial, e do conhecimento e fomento da criação.

Na *Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019*, que cria o Plano Nacional das Artes, está expresso que se pretende com esta iniciativa, entre outros objetivos, fomentar a colaboração de artistas com educadores, professores e alunos, que viabilize estratégias de aprendizagem promotoras de um currículo integrado, assente numa gestão consolidada do conhecimento e da experiência cultural. Pretende-se, igualmente, ampliar o leque de vivências artísticas oferecidas pelas escolas, reforçando a abertura à comunidade e ao mundo. Por outro lado, pretende-se, ainda, que as instituições culturais e os seus agentes tenham consciência da dimensão social e educativa da sua missão

No Eixo C. *Educação e Acesso*, o PNA disponibiliza um programa designado *Indisciplinar a escola*, que tem por objetivos: a) reforçar a identidade de cada escola considerando o seu contexto territorial, social e cultural e b) articular a escola, o currículo, os conteúdos, o território, a comunidade, o património e a cultura local.

Este programa, alinhado com um conjunto de documentos nacionais e internacionais, envolve um conjunto considerável de ações, como, por exemplo, conceber e disponibilizar às escolas estratégias e ferramentas de apoio à aprendizagem, que recorram a metodologias artísticas e que valorizem a diferenciação de linguagens, de competências, de inteligências e de modos de construir conhecimento ou desenvolver pedagogias ativas, construtivas e críticas, promotoras de autonomia. O programa envolve, inclusive, a capacitação de docentes e formadores nestas áreas.

Plano de Desenvolvimento Europeu

O Plano de Desenvolvimento Europeu envolve a conceção, articulação e operacionalização de projetos no domínio europeu. Esses projetos, dirigidos a alunos, docentes/formadores e pessoal não docente, alicerçam a internacionalização da EPRPS, contribuindo para o reforço da sua identidade interna e externa. Os programas Erasmus+, eTwinning ou a European Schoonet Academy, permitem modalidades de parceria diversificadas, dirigidas a diferentes públicos, que permitem quer deslocações no espaço europeu, quer o acolhimento de visitantes estrangeiros.

A dinâmica de globalização, particularmente à escala europeia, exige a promoção de competências nos jovens e nos atores educativos que lhes possibilitem mover-se para além dos contextos mais imediatos. Nesse sentido, o relacionamento com outras escolas e instituições europeias viabiliza o conhecimento de outros sistemas educativos e de boas práticas, a partilha de valores comuns, a consciencialização e valorização da diferença, para além do desenvolvimento de competências linguísticas.

Relativamente aos alunos, os projetos europeus poderão ter impacto a dois níveis. O primeiro, por exemplo através de intercâmbios, refere-se a competências pessoais e de relação com os outros, nomeadamente a autonomia, o pensamento crítico, a inovação e a criatividade, a colaboração e o domínio das tecnologias de informação e de comunicação

e de outras línguas. O segundo prende-se com a abertura de horizontes ao nível do mercado de trabalho, por exemplo através de visitas ou de estágios profissionais, que incentivarão o empreendedorismo e a procura ativa de trabalho. Ainda, os jovens com necessidades educativas especiais poderão ter oportunidades de experimentar novas realidades, trabalhando em parceria, sozinhos, com pares ou com docentes de outros países.

O desenvolvimento de projetos de colaboração com escolas de outros países, mesmo em contexto de aula, sobre temas do projeto educativo como, por exemplo, saúde, desporto, ambiente sustentável, consumo ou cidadania podem resultar na partilha e produção de materiais e em aprendizagens colaborativas significativas.

Relativamente aos docentes/formadores e pessoal não docente as diferentes modalidades de formação disponíveis, correspondentes ao desiderato da aprendizagem ao longo da vida, em muito poderão enriquecer as práticas educativas, particularmente pela obrigatoriedade de disseminação das experiências à comunidade educativa. Também para estes grupos, a valorização da dimensão europeia da educação poderá promover a inovação e a criatividade e, conseqüentemente, a qualidade das aprendizagens.

O Plano Europeu de Desenvolvimento sendo um instrumento facilitador de abertura ao mundo, é garante do desenvolvimento de cidadãos, jovens e adultos, com uma mundividência global, empreendedores, com sentido crítico, de liderança e promotores de inclusão.

Sendo a EPRPS uma escola claramente de orientação inclusiva, privilegia o direito de cada um dos seus alunos poder usufruir de uma educação coerente com as suas potencialidades, expectativas e necessidades, disponibilizando um conjunto de respostas planeadas no âmbito de um projeto educativo que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em verdadeiras condições de equidade.

A EPRPS implementa medidas de política educativa que recorrem a uma abordagem holística de todo o sistema educativo e a um plano de ação coordenado entre os vários atores a práticas educativas de qualidade, com respeito pela diversidade, dando oportunidade a todos os alunos de desenvolverem o seu máximo potencial.

03 Sistema de gestão e garantia da qualidade

Os sistemas de educação e de formação de alta qualidade são essenciais para proporcionar aos jovens o conhecimento e as competências adequados e necessários para apoiar o desenvolvimento social e económico da Europa. A melhoria da qualidade da educação e da formação é uma preocupação constante no debate sobre política educativa tanto a nível nacional como da União Europeia, conforme está refletido nos objetivos comuns para os sistemas educativos que constam no quadro estratégico para a cooperação europeia neste domínio [Cf. Relatório Eurydice, *Assegurar a qualidade na educação*, 2015].

A garantia da qualidade na educação pode ser entendida como o conjunto das políticas, procedimentos e práticas concebido para obter, manter ou melhorar a qualidade em áreas específicas, e que dependem de um processo de avaliação. A avaliação é aqui entendida como o procedimento de análise sistemática e crítica de um objeto definido que inclui a recolha de dados relevantes e conduz à elaboração de juízos e/ou recomendações para melhoria. A avaliação pode centrar-se em várias vertentes: nas escolas, nas lideranças, nos professores e outros atores educativos, nos programas de educação, nas autoridades locais ou no desempenho do conjunto do sistema educativo.

No capítulo VI, Avaliação e garantia da qualidade, do decreto-lei 92/2014 de 20 de junho afirma-se que: *As escolas profissionais abrangidas pelo presente decreto-lei são objeto de avaliação sistemática, tendo em vista a monitorização dos respetivos processos e resultados, bem como a prestação pública de contas. E, ainda, no artigo 60.º: 1 - As escolas profissionais [...] devem, independentemente da sua natureza, implementar sistemas de garantia da qualidade dos processos formativos e dos resultados obtidos pelos seus alunos. 2 - Os sistemas a que se refere o número anterior devem estar articulados com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional (EQAVET).*

O decreto-lei citado atribui à ANQEP as competências necessárias para promover, acompanhar e apoiar a avaliação das escolas profissionais, bem como a implementação e certificação dos sistemas de garantia da qualidade alinhadas com o quadro EQAVET. Este quadro de referência, instituído por recomendação do Parlamento Europeu em 2009, com a finalidade de melhorar a educação e o ensino profissional no espaço europeu, envolve um conjunto de

ferramentas comuns, que permitem documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência e a eficácia das escolas, assegurando a qualidade das práticas de gestão.

Ao implementar um sistema de gestão e garantia da qualidade, pretende-se que as escolas recolham dados e analisem de modo sistemático os processos e os resultados da sua atividade, com vista à melhoria das suas práticas. A política de garantia da qualidade assume a utilização de um conjunto de critérios e de indicadores que permitem a sua análise através do modelo do ciclo de qualidade, PDCA [*Plan, Do, Check, Action*], em português, Planear, Implementar, Avaliar e Ajustar. A cada uma das fases deste ciclo estão associados quatro de critérios de qualidade, a saber: a) visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão; b) envolvimento dos *stakeholders* internos e externos; c) melhoria contínua a partir dos indicadores selecionados e d) utilização das quatro fases do ciclo de qualidade.

A esta ferramenta acrescentam-se dez indicadores de referência que suportam a monitorização, a avaliação e a introdução de melhorias face aos objetivos e metas traçados, tendo sido definido, a nível nacional, a obrigatoriedade de análise de três desses indicadores relativos aos resultados observados nos alunos: a) taxa de conclusão; b) taxa de empregabilidade e c) utilização das competências em áreas da sua formação e grau de satisfação dos empregadores.

A cultura de melhoria subjacente ao Quadro EQAVET assenta na análise de dados não só quantitativos, mas também qualitativos, produzidos por processos de auto e heteroavaliação.

Nesse sentido, a EPRPS criou um órgão, designado por Observatório da Qualidade, com a finalidade de coordenar a garantia da qualidade, que assegure a monitorização, o acompanhamento e a avaliação de processos e de produtos, e dê suporte na elaboração dos planos de melhoria produzidos pela comunidade educativa.

No Quadro EQAVET, o Observatório da Qualidade deverá integrar a avaliação dos domínios [1) Autoavaliação, 2) Liderança e Gestão, 3) Prestação do Serviço Educativo e 4) Resultados] e dos campos de análise [desenvolvimento, consistência e impacto em 1), visão e estratégia, liderança, gestão em 2), desenvolvimento pessoal e bem-estar dos alunos, oferta educativa e gestão curricular, ensino, aprendizagem e avaliação, planificação e acompanhamento das práticas educativa e letiva em 3) e resultados académicos, sociais e reconhecimento da comunidade em 4)] do modelo de referência da Inspeção-geral da Educação e Ciência [2019].

O modelo da IGEC, no âmbito do programa de avaliação externa das escolas, ao assumir-se como um contributo relevante para o desenvolvimento das escolas, constitui-se como um instrumento de qualidade para melhorar o ensino, a aprendizagem e os resultados dos alunos, e *procura incentivar práticas de autoavaliação, promover uma ética profissional marcada pela responsabilidade, fomentar a participação social na vida da escola e oferecer um melhor conhecimento público do trabalho das escolas* [IGEC, 2019].

A EPRPS tem vindo a desenvolver procedimentos de gestão na área da qualidade, uma vez que integrou, no ano de 2017, o Processo de Negócio [PN 07] da Educação, Juventude e

Desporto da Câmara Municipal de Sintra. Nesse sentido, a EPRPS assumiu um forte compromisso com a melhoria contínua da organização face aos seus processos e resultados.

Dada a sua especificidade, enquanto escola profissional privada, a EPRPS manifesta no seu Projeto Educativo a intenção e o compromisso em assumir um sistema de gestão alicerçado na garantia da qualidade e nos princípios do EQAVET, nomeadamente: a) cumprir os requisitos legais do sistema de garantia da qualidade exigido pela ANQEP; b) implementar um processo cíclico de melhoria nos processos internos da escola através dos indicadores selecionados e da divulgação de resultados; c) disponibilizar os recursos necessários para implementar, manter e melhorar a eficácia do sistema de garantia da qualidade; e d) identificar, envolver, cooperar e satisfazer as expectativas e as necessidades dos *stakeholders*.

04 Análise estratégica

A estratégia compreende o âmbito e a direção de uma organização, contextualizadas num ambiente em mudança através da configuração dos seus recursos e competências com vista à concretização das suas finalidades. Não é possível elaborar uma estratégia sem que exista informação à priori que fundamente determinadas escolhas.

Apesar das limitações da análise SWOT, esta metodologia de diagnóstico estratégico é frequentemente utilizada nas organizações educativas. Apresenta-se aqui a síntese da análise estratégica da EPRPS, obtida através de grupos de discussão e de inquéritos por questionário. A sua versão mais detalhada é apresentada em anexo.

Pontos fortes

- Relação das pessoas [alunos, docentes, funcionários]
- Competência do corpo docente e dos funcionários
- Oferta formativa
- Qualidade da formação técnica prestada
- Dimensão da escola
- Prestígio da escola
- Escola Inclusiva

Sugestões de melhoria

- Melhoramento do espaço de permanência dos alunos
- Reforço dos meios informáticos e audiovisuais nas salas de aula
- Maior envolvimento dos docentes nos projetos da EPRPS
- Maior divulgação, ação e participação de projetos no concelho de Sintra
- Maior envolvimento dos alunos, docentes e comunidade
- Promoção de cursos livres nas diversas áreas dos Cursos Ministrados
- Estabelecimento de protocolos com entidades diversas
- Visitas técnicas a outras escolas similares

- Realização anual de um encontro para mostrar o trabalho desenvolvido e reunir antigos alunos
- Definição de estratégias de aprendizagem e sua implementação envolvendo os professores numa estreita colaboração da escola com o mundo profissional
- Criação de uma bolsa de estágios para alunos finalistas
- Estratégias mais adequadas de promoção e de divulgação da escola
- Necessidade de aumentar o envolvimento construtivo por parte dos encarregados de educação na vida da escola.

Matriz SWOT da análise estratégica da EPRPS

Pontos fortes	Pontos fracos
Instalações/ateliers Clima relacional Curso de Assistente de Conservação e Restauro, único no país Corpo docente especializado e estável Experiência de 30 anos de ensino profissional Dimensão da escola Boa relação com os parceiros da FCT Existência da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva SPO	Taxas de abandono elevadas Taxas de conclusão no ciclo de formação reduzidas Insuficiente participação da comunidade escolar nas políticas educativas que orientam a escola Insuficiente participação das famílias na vida da escola Comunicação externa
Ameaças [oportunidades a curto/médio prazo]	Oportunidades [oportunidades a médio/longo prazo]
Pertença à autarquia «Invisibilidade» da escola Isolamento da escola [fechada sobre si própria]	Pertença à autarquia Inserção num território que é Património Mundial Reconhecimento das entidades patrimoniais locais da formação dos alunos [ACR] Localização da escola

05 Plano estratégico

O plano estratégico constitui-se como um instrumento de gestão educativa que traça o caminho para serem atingidas as metas e os objetivos da escola, fundamentando, clarificando e comprometendo a comunidade educativa nas decisões a tomar.

O processo de monitorização do plano deverá ser acompanhado não só pelo Observatório da Qualidade, mas também pelos conselhos Pedagógico e Consultivo.

Do conjunto de indicadores exigidos pelo quadro EQAVET, a ANQEP propôs que as escolas profissionais, num primeiro ciclo de implementação do processo de garantia da qualidade, priorizassem os seguintes indicadores:

- 1) Taxa de conclusão: percentagem de alunos que concluíram um curso e que obtiveram qualificação profissional em relação ao total dos alunos que ingressaram nesse curso
- 2) Taxa de colocação após conclusão do curso: percentagem de alunos que concluíram um curso e que estão no mercado de trabalho, em formação, incluindo o ensino superior, ou outros destinos, 12 e 36 meses após a conclusão do curso
- 3) Evidência das competências desenvolvidas durante o curso: a) percentagem de alunos que completaram um curso e estão a trabalhar na sua área de formação; b) percentagem de empregadores que estão satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelos alunos.

Definiram-se, para o período de vigência deste Projeto Educativo, as metas quantitativas, globais, que a seguir se apresentam.

Metas estabelecidas para os cursos da EPRPS, expressas em percentagens

	2023-2024	2024-2025	2025-2026
Taxa de conclusão do curso no ciclo formativo	70	75	80
Taxa de empregabilidade na área de formação	50	55	60
Taxa de satisfação dos empregadores	90	92	95
Taxa de entrada no ensino superior	5	7	10
Taxa de transição de ano sem UFCD em atraso	40	45	50
Taxa de abandono do curso	15	10	5

Objetivos e ações estratégicas, indicadores/evidências

4.1. Eixo A. Nível Micro | Aprendizagem e desenvolvimento

As medidas de nível micro centram-se nos aspetos que dizem respeito às aprendizagens e ao desenvolvimento dos jovens, que ocorrem no contexto de uma relação educativa, na sala de aula ou noutros cenários, integrando as ações intencionalmente planeadas face às necessidades educativas.

Objetivos estratégicos

- A1. Aumentar o sucesso da ação educativa e qualificação profissional
- A2. Promover estratégias eficazes de aprendizagem e de avaliação dos alunos
- A3. Diversificar as situações e os contextos de aprendizagem
- A4. Desenvolver as competências expressas no perfil de aluno da EPRPS
- A5. Articular a vida escolar com o futuro académico e profissional dos alunos

A1. Aumentar o sucesso da ação educativa e qualificação profissional

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Implementação de estratégias de superação das dificuldades dos alunos	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Docentes/formadores Alunos	Consecução das metas relativas à taxa de sucesso por UFCD
Implementação de espaços de tutoria e de tutoria entre pares	Docente de Educação Especial	Consecução das metas relativas à taxa de transição por ano sem UFCD em atraso
Utilização de meios digitais para trabalho autónomo		Consecução das metas relativas à taxa de conclusão do curso em três anos
Promoção de estratégias eficazes de inclusão	EMAEI Docente de Educação Especial	Relatório trimestral das medidas aplicadas

	Psicólogo escolar Diretores de turma Docentes/formadores	
--	--	--

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Implementação de estratégias de apoio que diminuam a taxa de abandono escolar	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Docentes/formadores	Consecução das metas relativas à taxa de abandono escolar
Utilização de estratégias eficazes de admissão dos candidatos aos cursos	Docente de Educação Especial Alunos Coordenadores de curso Psicólogo escolar	
Realização de práticas de mentorado e de acolhimento aos novos alunos	Coordenadores de curso Diretores de turma Alunos Psicólogo escolar	Número de alunos envolvidos e modalidade de acompanhamento

A2. Promover estratégias eficazes de aprendizagem e de avaliação dos alunos

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Utilização de estratégias de aprendizagem orientadas para a formação profissional nas áreas de formação sociocultural e científica	Diretor pedagógico Docentes/formadores	Planificações
Integração/articulação de estratégias de cidadania e desenvolvimento nas diferentes disciplinas	Diretor pedagógico Docentes/formadores	Estratégia de escola de educação para a cidadania Planificações transversais Projetos desenvolvidos
Aplicação de práticas de avaliação diversificadas e coerentes com as estratégias de aprendizagem	Diretor pedagógico Docentes/formadores Docente de Educação Especial	Planificações

Reformulação dos critérios de avaliação de acordo com a legislação em vigor	Conselho pedagógico Diretor pedagógico Docentes/formadores Docente de Educação Especial	Critérios, instrumentos e grelhas de avaliação
Utilização de modalidades de avaliação que favoreçam a autoavaliação, a responsabilidade e a autonomia dos alunos no seu processo de aprendizagem	Diretor pedagógico Docentes/formadores Docente de Educação Especial Alunos	Registos de autoavaliação dos alunos

A3. Diversificar as oportunidades e os contextos de aprendizagem

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Utilização de metodologias e de estratégias de aprendizagem interdisciplinares, experimentais e inovadoras	Diretor pedagógico Docentes/formadores Docente de Educação Especial	Planificações Projetos desenvolvidos
Utilização da biblioteca como contexto de pesquisa e de aprendizagem	Diretor pedagógico Docentes/formadores	Planificações
Utilização de espaços extraescolares como contextos de aprendizagem	Diretor pedagógico Docentes/formadores	Planificações
Desenvolvimento de projetos multidisciplinares em áreas como a cidadania, saúde, ambiente, património	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Docentes/formadores Alunos	Documentos de projeto Relatório anual do PAA e dos Planos de turma
Elaboração do Projeto Cultural de Escola [Plano Nacional das Artes]	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Coordenador do projeto Docentes/formadores Alunos	Documento de projeto Relatório anual do programa cultural executado
Criação de um projeto para as turmas do 10.º e 11.º anos de acordo com os princípios do projeto de autonomia e flexibilidade curricular	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Psicólogo escolar Docentes/formadores Alunos	Documentos de projeto

A4. Desenvolver as competências expressas no perfil de aluno da EPRPS

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Articulação, em cada curso, do perfil de aluno com o perfil profissional	Docentes/formadores	Documentos
Integração e desenvolvimento, em cada disciplina, das competências transversais do perfil de aluno	Docentes/formadores	Planificações
Apropriação dos alunos dos perfis de aluno e profissional	Diretores de turma Docentes/formadores Alunos	Trabalhos realizados Portefólios

A5. Articular a vida escolar com o futuro académico e profissional dos alunos

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Sinalização, acompanhamento de proximidade e reorientação atempada do percurso dos alunos	Diretores de turma Psicólogo escolar	Registos de sinalização e de acompanhamento
Elaboração de um portefólio individual, que acompanhe o aluno ao longo do seu percurso escolar	Diretores de curso Docente de Educação Especial Psicólogo escolar	Portefólios
Desenvolvimento de projetos de educação para a carreira	Diretores de curso Diretores de turma Psicólogo escolar	Documentos de projeto Portefólios

4.2. Eixo B. Nível Meso | Estrutura organizacional

As medidas de nível meso centram-se nas relações das estruturas orgânicas da EPRPS entre si, sejam pessoas, equipas ou responsáveis da escola, de forma a criar as condições para uma ação educativa eficaz e a tornar as relações e os processos mais ágeis, simplificados, eficientes e eficazes.

Objetivos estratégicos

- B1. Implementar os instrumentos estruturantes da ação educativa
- B2. Desenvolver processos eficazes de comunicação externa
- B3. Promover o desenvolvimento e o reconhecimento profissional
- B4. Promover um clima de escola protetor e de bem-estar
- B5. Avaliar o impacto da ação educativa

B1. Implementar os instrumentos estruturantes da ação educativa

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Atribuição do cargo de coordenador de projetos [responsável pelo PAA e pelas candidaturas internacionais]	Diretor de projetos	Relatório anual
Implementação de processos participados de revisão, articulação e monitorização dos instrumentos estruturantes da ação educativa	Diretor pedagógico Conselho pedagógico Conselho consultivo Comunidade educativa	Atas de reuniões Inquéritos por questionário
Apropriação dos documentos estruturantes pelos alunos	Diretores de turma Alunos	Portefólios
Promoção de uma estratégia sustentada de inovação	Diretor Diretor pedagógico Conselho pedagógico	Registo das estratégias utilizadas

B2. Desenvolver processos eficazes de comunicação interna e externa

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Manutenção e atualização da página web da EPRPS	Diretor Técnico de informática	Avaliação da página web
Utilização do Office 365	Comunidade educativa	Número de utilizadores nas diferentes valências
Implementação de estratégias de marketing [relacional e outras] para divulgar a EPRPS	Diretor Diretor pedagógico Psicólogo escolar	Número de iniciativas Relatório anual
Reuniões periódicas do diretor e diretor pedagógico com docentes, funcionários e representantes dos alunos	Diretor Diretor pedagógico	Atas de reuniões
Trabalho colaborativo dos docentes/formadores relativamente a recursos e práticas do processo de aprendizagem	Docentes/Formadores Docente de Educação Especial	Memorandos de reuniões Atas das reuniões dos conselhos de turma

B3. Promover o desenvolvimento e o reconhecimento profissional

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Implementação de um plano de formação interna dirigido a todos os grupos da comunidade educativa	Conselho pedagógico	Relatório anual Avaliação das ações realizadas
Realização de formação específica na área da inclusão	Diretor pedagógico EMAEI Docente de Educação Especial	Plano de Formação Avaliação das ações realizadas
Promoção da função educativa dos funcionários	Diretor	Número e modalidade de sessões de formação Avaliação das ações realizadas
Definição e divulgação de perfis de mérito e de excelência	Diretor Diretor pedagógico	Número de alunos, docente e funcionários com reconhecimento Página web da EPRPS Publicações no Instagram

B4. Promover um clima de escola protetor e de bem-estar

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Reconhecimento do papel do delegado/subdelegado de turma	Diretores de turma Delegados e subdelegados de turma	Memorandos de reuniões
Participação dos alunos na resolução de problemas que os afetam	Assembleia de delegados de turma Alunos	Memorandos de reuniões
Promoção de práticas de segurança	Diretor Proteção Civil Outros parceiros	Número de ações realizadas
Promoção da saúde e do risco [Programa de apoio à promoção e educação para a saúde (PAPES)]	Diretor Diretor pedagógico Psicólogo escolar	Número de ações realizadas Relatório anual
Reforço das respostas aos problemas socioeconómicos evidenciados pelos alunos	Diretor Diretores de turma	Número de sinalizações e modalidades de encaminhamento

B5. Avaliar o impacto da ação educativa

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Implementação de práticas de autoavaliação que orientem estratégias de melhoria	Equipa do Observatório da qualidade	Relatório de avaliação interna [Cf. Modelo do 3.º ciclo de avaliação da IGEC; modelo EQAVET]
Criação de mecanismos de corresponsabilização da comunidade educativa na avaliação interna	Equipa do Observatório da qualidade Comunidade educativa	Taxa de participação dos diferentes atores nos processos de avaliação interna
Desenvolvimento de competências orientadas para o empreendedorismo e para a inserção no mundo académico e do trabalho	Diretor pedagógico Psicólogo escolar Docentes/formadores Alunos	Taxa de empregabilidade na área de formação
		Taxa de entrada no ensino superior
Realização de um follow-up de todos os alunos após a saída de EPRPS	Equipa do Observatório da qualidade	Base de dados

4.3. Eixo C. Nível Macro | Contexto

As medidas de nível macro centram-se nas relações com as famílias, redes de parceiros, entidades públicas ou privadas, e outros *stakeholders*, de âmbito local, nacional ou internacional que mantêm uma relação de colaboração com a EPRPS.

Objetivos estratégicos

C1. Reforçar a relação com as famílias como parceiros educativos

C2. Consolidar e alargar as parcerias com entidades externas

C3. Desenvolver projetos com a comunidade local, concelhia e nacional

C4. Promover a internacionalização da EPRPS

C5. Conferir à EPRPS uma identidade institucional forte e distintiva

C1. Reforçar a relação com as famílias como parceiros educativos

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Participação das famílias em contactos presenciais, reuniões e atividades	Coordenadores de curso Diretores de turma Docentes/formadores	Número de contactos/reuniões/participantes em atividades

C2. Fortalecer a colaboração com parceiros externos

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Integração dos docentes, funcionários e alunos em programas, projetos e redes através de parcerias	Coordenador de projetos Parceiros	Número de programas, projeto e redes envolvidos Número de docentes, funcionários e alunos integrados
Colaboração com entidades de âmbito social, cultural, desportivo da comunidade	Coordenador de projetos Parceiros	Número e modalidade das iniciativas concretizadas
Promoção de práticas de colaboração com outras escolas e agrupamentos de escolas com cursos profissionais	Coordenadores de curso Coordenador de projetos Parceiros	Número e modalidade de iniciativas concretizadas

C3. Desenvolver projetos com a comunidade local, concelhia e nacional

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Organização de eventos abertos à comunidade	Coordenador de projetos Docentes/formadores Alunos	Número e modalidade de iniciativas concretizadas
Desenvolvimento de atividades relacionadas com o património, dirigidas a diferentes grupos etários, em parceria com escolas, entidades científicas e culturais locais	Coordenador de projetos Docentes Alunos	Número e modalidade de iniciativas concretizadas
Criação de um núcleo de voluntariado	Diretores de turma Docentes/formadores Alunos	Número e modalidade de iniciativas concretizadas
Organização de um evento anual de âmbito concelhio ou nacional, que envolva toda a comunidade educativa	Conselho pedagógico Coordenador de projetos Comunidade educativa	Concretização do evento

C4. Promover a internacionalização da EPRPS

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Realização de intercâmbios e de estágios internacionais no âmbito de programas internacionais	Coordenador de projetos Docentes Alunos	Número e modalidade de iniciativas concretizadas
Implementação de processos de internacionalização da EPRPS, valorizando a dimensão europeia da educação	Diretor Diretor pedagógico Coordenador de projetos	Número de iniciativas associadas aos programas Rede de escolas UNESCO e outros projetos internacionais Plano Estratégico de Desenvolvimento Europeu

C5. Investir numa marca institucional forte e distintiva

Ações	Responsáveis	Indicadores de sucesso Evidências
Divulgação de projetos ao nível concelhio, nacional e internacional	Diretor Diretor pedagógico Coordenador de projetos Docentes/formadores Alunos	Número de iniciativas de divulgação concretizadas
Diversificar a oferta educativa a outras modalidades de formação	Diretor Diretor pedagógico	Novas modalidades de formação
Reforço da identidade e da pertença à EPRPS	Diretor Diretor pedagógico Comunidade educativa	Número de iniciativas que promovam a coesão e o sentimento de pertença

06 Parcerias

São parceiros estratégicos da EPRPS as seguintes entidades:

- Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas | Câmara Municipal de Sintra
- Museu Anjos Teixeira | Câmara Municipal de Sintra
- Direção-geral do Património Cultural | Palácio Nacional da Ajuda

São ainda parceiros da EPRPS:

- Europalco. Artes e entretenimento
- Fundação Cultursintra
- Parques de Sintra Monte da Lua
- IPT – Instituto Politécnico de Tomar
- Associação Unidos Pela Televisão
- Associação Juvenil Dínamo
- Juntas de Freguesia do Município de Sintra
- Companhia de Dança Contemporânea de Sintra – Aila Dança
- Viúva Lamego
- Valdevinos – Companhia de Teatro de Marionetas de Sintra
- CECD de Mira Sintra
- Sintra Includ+

07 Divulgação

O Projeto Educativo – PE da EPRPS deverá estar disponível para toda a comunidade educativa, nomeadamente na página web da escola. Os diferentes intervenientes na sua conceção deverão ajuizar o documento final e, eventualmente, introduzir contributos que o enriqueçam, antes de ser validado pelos conselhos pedagógico e consultivo e pelo órgão autárquico responsável pela escola.

Em cada ano letivo, o documento deve ser apresentado aos novos alunos, respetivas famílias, aos novos docentes e parceiros. O conhecimento e discussão do PE é fundamental na aferição de expectativas face ao papel que é esperado de cada ator e às finalidades e filosofia educativas. Relativamente aos novos alunos e famílias, o diretor de turma, pela sua proximidade, poderá ser um recurso desejável na condução desta atividade.

Também os relatórios de avaliação anuais do PE e do Plano Anual de Atividades - PAA, da responsabilidade do Observatório da Qualidade, deverão ser debatidos de modo a que toda a comunidade participe na elaboração de planos de melhoria. É fundamental que, neste processo, se considere a comunidade educativa no seu todo, não ignorando, particularmente, o pessoal não docente, as famílias e os parceiros externos.

Cabe ao diretor, sob proposta do conselho pedagógico, delinear e concretizar as iniciativas de divulgação do PE.

08 Avaliação

*Um dia, Alice chegou a um cruzamento na estrada e viu um gato numa árvore.
– Que caminho devo seguir? – perguntou. O gato respondeu: – Para onde é que queres ir?
– Não sei – respondeu a Alice.
– Então – disse o gato – não importa.
Lewis Carroll, Alice no país das maravilhas, 1864*

A avaliação consiste, resumidamente, no processo sistemático de pesquisa, questionamento e reflexão através do qual as pessoas e as instituições envolvidas ou interessadas no projecto pensam criticamente sobre os objetivos planeados (incluindo sobre as teorias implícitas e explícitas que lhes subjazem), aprendem com o que estão a fazer e apreciam quer a qualidade da intervenção, quer os resultados produzidos [Capucha, 2008: 8].

A avaliação tem por finalidade verificar o desvio entre intencionalidade e resultados, a partir da análise e reflexão dos progressos realizados e das dificuldades encontradas na prática educativa. É essa ação que permite delinear a intervenção necessária à melhoria e à qualidade da mudança sustentadas, no sentido do constante aperfeiçoamento do serviço educativo prestado.

A avaliação do Projeto Educativo [PE] é um processo, sistemático e participado, de regulação da ação educativa que garante a aferição dos resultados obtidos e dos meios e recursos utilizados, que destaca avanços ou retrocessos, qualidade dos processos, desempenho e desenvolvimento da ação educativa. A sustentabilidade educativa de uma escola depende desta monitorização, nomeadamente porque dela depende a elaboração de planos estratégicos de melhoria.

O PE operacionaliza-se no Plano Anual de Atividades [PAA]. O PAA é o [...] *documento de planeamento, que define, em função do projeto educativo, os objetivos, as formas de organização e programação das atividades e que procede à identificação dos recursos necessários à sua execução* [artigo 9.º, do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho].

O PAA não se deverá resumir a uma mera listagem de atividades «extracurriculares». Dele deverá constar todas as atividades realizadas na escola, desde reuniões internas e externas até sessões de formação ou capacitação de docentes, não docentes e famílias. Mais, todas estas atividades devem ser formalmente avaliadas quer pelos seus proponentes, quer pelo público a que se destinam.

Na medida em que o PAA reflete e operacionaliza o PE, cada atividade proposta deve estar relacionada com uma ou mais ações estratégicas, sendo, assim, um meio de monitorização e de avaliação do PE.

Deste modo, a relação dos dois documentos obedece a uma lógica de estreita integração e articulação. É a partir do relatório do PAA e dos dados facultados pelo Observatório da Qualidade que emerge o relatório anual do PE, que deverá apresentar, em termos gerais, o impacto das políticas educativas da escola e, em termos específicos, os vários aspetos de prestação do serviço educativo e os resultados académicos.

A avaliação do PE, que deve ser negociada e consensual, é da responsabilidade partilhada de toda a comunidade educativa, e deverá ser coordenada pelo Observatório da Qualidade e aferida pelo Conselho Pedagógico.

É a estes dois órgãos que cabe definir os processos de monitorização e avaliação do PE, nomeadamente a definição de metas, recolha de indicadores, análise dos dados e atuação sobre os desvios. No final de cada ano letivo deverão ser analisados os resultados dos indicadores, expressos num relatório de autoavaliação que tem por finalidade redefinir objetivos, metas e ações estratégicas prioritários para o ano seguinte. Em consequência, deverá ser criado um plano de ações de melhoria.

Referências bibliográficas

Azevedo, R. (Coord.) (2011). *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação. Guião de apoio*. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

Batista, S.; Gonçalves, E. & Trigo, R. (2012). *Projetos Educativos. Para um modelo da sua elaboração*. Lisboa: Projeto ESCXEL, Rede de Escolas de Excelência.

Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2015). *Garantia da Qualidade na Educação: Políticas e Abordagens à Avaliação das Escolas na Europa*. Relatório Eurydice. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&file-Name=EC0414939PTN_002.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&file-Name=EC0414939PTN_002.pdf)

Comissão Europeia (2014). *Preparation of the European Business Forum for Vocational Training. Final report*. Bruxelas: Danish Technological Institute & ICF Consulting Services.

Conselho da Europa (2016). *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o Ano Europeu do Património Cultural*. Bruxelas: COM 543 final.

____ (2017a). Decisão (UE) 2017/864 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de maio de 2017 sobre o Ano Europeu do Património Cultural (2018). *Jornal Oficial da União Europeia*, L131 de 20-05-2017.

____ (2017b). *European cultural heritage strategy for the 21st century*. Adopted by the Committee of Ministers on 22 February 2017 at the 1278th meeting of the Ministers' Deputies. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/noticias/strategy21.pdf>

Conselho Nacional de Educação (2014). *Ensino e formação profissional dual. Relatório técnico*. Lisboa: CNE.

Cordeiro, A.; Alcoforado, L. & Fernandes, R. (Coor.). (2018). *Projeto educativo local de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra & Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Engrácia, P & Baptista, J. (2018). *Situação após 3 anos dos alunos que ingressam no ensino profissional*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=952&file-Name=DGEEC_2018_SituacaoApos3AnosEnsinoProfis.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/429/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=952&file-Name=DGEEC_2018_SituacaoApos3AnosEnsinoProfis.pdf)

Estratégia do Plano Nacional das Artes (2019). Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos/PNA/Documentos/estrategia_do_plano_nacional_das_artes_2019-2024.pdf

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. (2017). Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

<https://cidadania.dge.mec.pt/>

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: EGA.

Martins, G., et al. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória [Despacho nº. 9311/2016 de 21 de junho]*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

https://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf

O ensino profissional, a formação em contexto de trabalho e a empregabilidade (2017). Lisboa: ANQEP e Rede Maior Empregabilidade.

OCDE (2017). *Future of work and skills*. Paper presented at the 2nd Meeting of the G20 Employment Working Group, 15-17 February 2017, Hamburg, Germany.

____ (2018). *The future of education and skills. Education 2030*. Paris: OCDE.

Orvalho, L.; Alves, J. & Azevedo, J. (Coord.) (2017). *(Re)Encontrar e Projetar o Ensino Profissional para o século XXI*. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Palmeirão, C. & Alves, J. (2016). *Promoção do sucesso educativo: estratégias de inclusão, inovação e melhoria*. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Programa de Apoio à Promoção e Educação para a Saúde (2014). Lisboa: Ministério da Educação, Direção-Geral de Educação.

<https://www.dge.mec.pt/programa-de-apoio-promocao-e-educacao-para-saude>

Programa Nacional de Saúde Escolar (2019). Lisboa: Ministério da Saúde.

<https://www.dgs.pt/pns-e-programas/programas-de-saude/saude-escolar.aspx>

Projeto Educativo Local de Sintra (2018). 5 Vol. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

Roldão, M.; Peralta, H. & Martins, I. (2017). *Para a construção de aprendizagens essenciais baseadas no perfil dos alunos*. Lisboa: Ministério da Educação, Direção Geral de Educação.

Terceiro ciclo de avaliação das escolas. Quadro de referência. (2019). Lisboa: Ministério da Educação, Inspeção Geral da Educação e Ciência.

The Rockefeller Foundation (2014). *The future of youth employment. Four scenarios exploring the future of youth employment*. Palo Alto: Institute for the future.

UNESCO (2016). *Repensar a Educação. Rumo a um bem comum mundial?* Brasília: UNESCO.

Vale, P. et al (2019). *Plano Nacional das Artes. Uma estratégia, um manifesto. 2019-2024*. Lisboa: Ministério da Educação & Ministério da Cultura.

Winch, C. & Paixão, P. (2013). *Ensino Profissional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

World Economic Forum (2016). *The future of jobs. Employment, skills and workforce strategy for the fourth industrial revolution*. REF 010116.

Zpunkt The Foresight Company & The Centre for Research in Futures and Innovation, University of South Wales (2015). *The future of work. Jobs and skills in 2030*. UK Commission for Employment and Skills.

| LEGISLAÇÃO

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86 de 14 de outubro. Diário da República, 1.ª série, n.º 237.

Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho. Diário da República, n.º 126, 1.ª série de 2 de julho de 2012.

Decreto-Lei n.º 92/2014 de 20 de junho. Diário da República, n.º 117, 1.ª série de 20 de junho de 2014, com as alterações enunciadas na *Lei 69/2015*, Diário da República, n.º 137, 1.ª série de 16 de julho de 2015.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março. Diário da República, n.º 129, 1.ª série de 11 de abril de 2016.

Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho. Diário da República, n.º 143, 2.ª série de 26 de julho de 2017.

Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho. Diário da República, n.º 129, 1.ª série de 6 de julho de 2018.

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho. Diário da República, n.º 129, 1.ª série de 6 de julho de 2018.

Portaria 235A/2018 de 23 de agosto. Diário da República, n.º 162, 1.ª série de 23 de agosto de 2018.

Portaria 181/2019 de 11 de junho. Diário da República, n.º 111, 1.ª série de 11 de junho de 2019.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019. Diário da República, n.º 37, 1.ª série de 21 de fevereiro de 2019.

**MEDIDAS UNIVERSAIS, SELETIVAS E/OU ADICIONAIS
DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO
2023-2024**

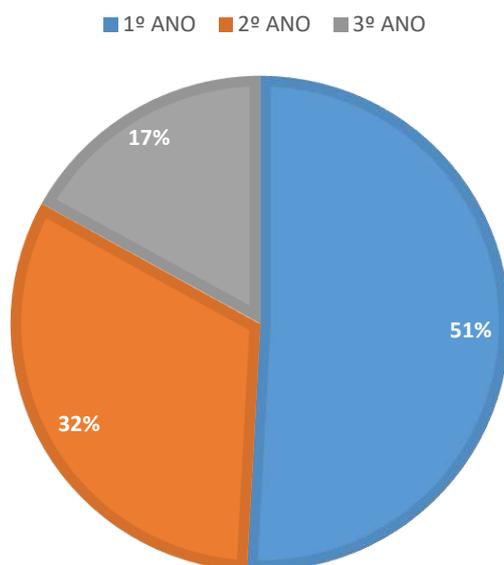
Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/NÍVEL DE MEDIDAS	
UNIVERSAIS	24
SELETIVAS	31
ADICIONAIS	4
TOTAL	59



Dos 59 alunos com mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, 24 têm apenas mobilizadas medidas universais, 31 medidas seletivas e 4 alunos têm mobilizadas medidas adicionais.

Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/ANO DE ESCOLARIDADE	
1º ANO	30
2º ANO	19
3º ANO	10
TOTAL	59

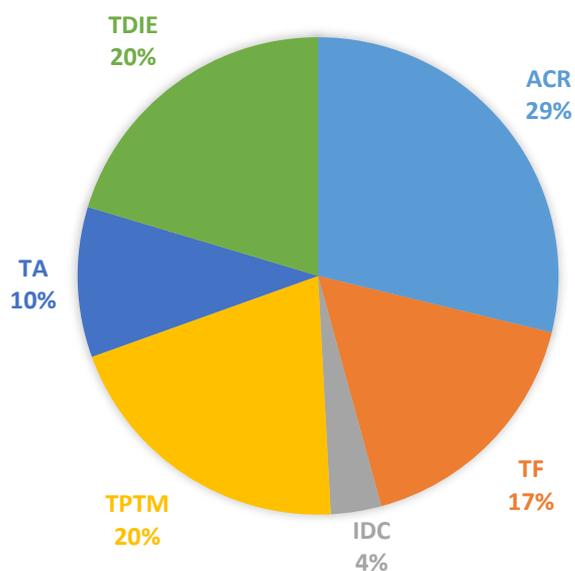
Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/ANO DE ESCOLARIDADE



O ano de escolaridade que apresenta um maior número de alunos com mobilização de medidas é o 1º ano (51%), seguido do 2º (32%) e com menor número o 3º ano (17%).

Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/CURSO	
ACR	17
TF	10
TPTM	12
TDIE	12
TA	6
IDC	2
TOTAL	59

Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/CURSO



O curso que se destaca com maior número de alunos com mobilização de medidas é ACR (29%), seguido de TPTM e TDIE (ambos com 20%) e TF (17%). O curso com menor número de alunos com mobilização de medidas é IDC, sendo apenas um aluno (4%).

É de destacar que o curso IDC apenas existe no 1º ano e de TA nos 1º e 2º anos.

Nº DE ALUNOS COM MOBILIZAÇÃO DE MEDIDAS/ANO DE ESCOLARIDADE

1º ANO

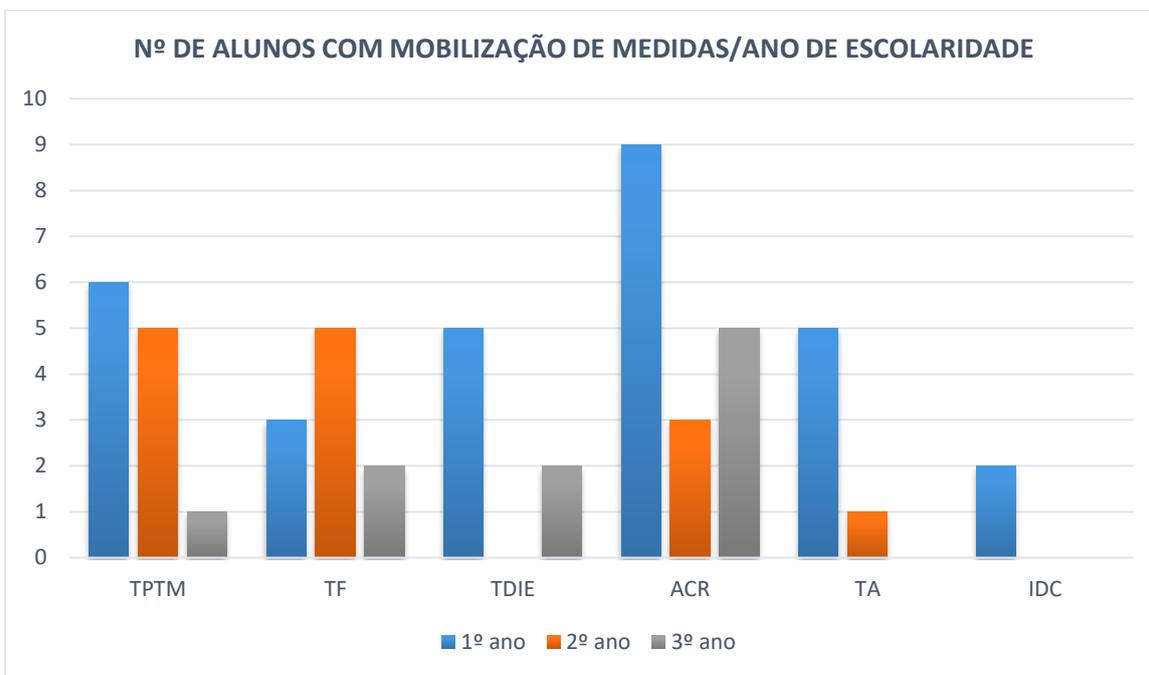
	Medidas uni-versais	Medidas seletivas	Medidas adicionais	TOTAL
1º TDIE	2	3	0	5
1º TA	0	4	1	5
1º TPTM	3	3	0	6
1º IDC	2	0	0	2
1º TF	2	1	0	3
1º ACR	3	5	1	9
TOTAL 1º ANO	12	16	2	30

2º ANO

	Medidas uni-versais	Medidas seletivas	Medidas adicionais	TOTAL
2º TDIE	1	4	0	5
2º TA	1	0	0	1
2º TPTM	2	1	2	5
2º TF	3	2	0	5
2º ACR	0	3	0	3
TOTAL 1º ANO	7	10	2	19

3º ANO

	Medidas uni-versais	Medidas seletivas	Medidas adicionais	TOTAL
3º TDIE	2	0	0	2
3º TPTM	0	1	0	1
3º TF	1	1	0	2
3º ACR	2	3	0	5
TOTAL 1º ANO	5	5	0	10



Nas turmas de 1º ano, destaca-se o curso de ACR com maior número de alunos com mobilização de medidas.
De todas as turmas dominam a mobilização de medidas seletivas.
Há 2 alunos com mobilização de medidas adicionais (1 em TA e 1 em ACR).

Nas turmas de 2º ano, destacam-se os cursos de TPTM e TF com maior número de alunos com mobilização de medidas.
De todas as turmas dominam a mobilização de medidas seletivas.
Há 2 alunos com mobilização de medidas adicionais (ambos em TPTM).

Nas turmas de 3º ano, destaca-se o curso de ACR com maior número de alunos com mobilização de medidas.
De todas as turmas dominam a mobilização de medidas universais e seletivas.
Não há alunos com mobilização de medidas adicionais.

